

Aprovada na 926ª sessão

ALADI/CR/Ata 917
(Extraordinária)
9 de novembro de 2005.
Horário: 10h20m às 13h15m

ATA DA 917ª SESSÃO, EXTRAORDINÁRIA,
DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem Do Dia

O Comitê recebe a visita de Representantes dos Organismos Regionais:

Associação Regional de Empresas do Petróleo e do Gás Natural na América Latina e o Caribe (ARPEL); Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); Comissão de Integração Energética Regional (CIER) e Organização Latino-Americana de Energia (OLADE).

Preside:

LEONARDO CARRIÓN EGUIGUREN

Assistem: Ricardo Hartstein (Argentina), Marcelo Janko Álvarez (Bolívia), José Amir Da Costa Dornelles e Roberto Goidanich (Brasil), Oscar Quina Truffa (Chile), Alfonso Soria Mendoza (Colômbia), José Felipe Chaple Hernández (Cuba), Leonardo Carrión Eguiguren, Juan Larrea Miño (Equador), Perla Carvalho e Dora Rodríguez Romero (México), Marcelo Eliseo Scappini Ricciardi (Paraguai), William Belevan Mc Bride, Gustavo Teixeira Giraldo e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Miguel Pereira (Uruguai) e, María Lourdes Urbaneja, Luisa López Moreno e Ramón José París García (Venezuela).

Secretário-Geral: Didier Operti Badán.

Subsecretários: José Rivera Banuet e Isaac Maidana Quisbert.

PRESIDENTE. Bom dia a todos, iniciamos a Sessão, Extraordinária, 917ª do Comitê de Representantes que tem como único ponto receber a visita dos Representantes dos Organismos Regionais que assinaram junto com a Secretaria-Geral em 3 de agosto uma Ata Constitutiva de uma entidade coordenadora de organismos regionais de integração energética da América Latina.

Neste momento contamos com a presença do Secretário-Executivo da ARPEL, o Engenheiro José Félix García; o Secretário-Executivo da OLADE, meu querido amigo Diego Pérez Pallares; e terei a oportunidade de cumprimentar o doutor Fernando Sánchez Albavera, também velho amigo de muitos anos, que é o Diretor da Divisão de Recursos Naturais e Infra-estrutura da CEPAL; e, logicamente, o Engenheiro Pablo Cisneros, meu compatriota, que agora é o Secretário-Geral da CIER.

Com estas poucas palavras quero dar as boas-vindas a esta reunião que será muito frutífera e que permitirá iniciar uma ampla e ativa cooperação entre a ALADI e estes 4 organismos regionais no tema da integração energética que será, nos próximos meses, um dos pontos fundamentais da ação integracionista da região, bem-vindos senhores! Tem a palavra o senhor Secretário-Geral .

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente, em 5 de agosto do presente ano tive a oportunidade de informar a este Corpo sobre a subscrição da Ata Constitutiva mencionada pelo Senhor Presidente.

Esta Ata Constitutiva, que assinamos em Quito no dia 3 de agosto e cujo texto foi distribuído às Representações acreditadas junto a esta Associação, tem como objetivo, como foi dito, a coordenação de Organismos Regionais de Integração Energética. Devemos lembrar que, conforme a mencionada Ata, o objetivo central desta coordenação é fortalecer o desenvolvimento de atividades cooperativas essenciais para o impulso de projetos sustentáveis de integração energética da América Latina e o Caribe. Nesse sentido, é bom também lembrar que a ALADI aparece aqui com uma função de

coordenação, de conexão e, fundamentalmente, de recopilação dos conhecimentos especializados.

Uma organização de integração deve utilizar todas as capacidades institucionais regionais, para a formação de sua vontade técnica e este é um tema muito específico. Assim é reconhecido por um dos capítulos da Ata Constitutiva ao detalhar as responsabilidades. Estabelece que os participantes contribuirão com seus conhecimentos específicos e desenvolverão projetos chaves para a integração energética da região de acordo com sua especialização de forma conjunta e coordenada. Identifica-se posteriormente uma série de atividades muito concretas relacionadas com seminários, foros de integração energética, plano estratégico regional, etc, e estabelece-se uma renovação anual deste Acordo de forma automática, esse é o âmbito formal.

Como se comunica este âmbito formal com esta atividade da manhã de hoje? Nela recebemos e damos as boas-vindas aos nossos amigos da ARPEL, Engenheiro José Félix García, com quem tivemos a oportunidade de trabalhar; o Doutor Fernando Sánchez Albavera, um destacado economista peruano encarregado da Direção de Recursos Naturais e Infra-estrutura da CEPAL, com quem coincidimos na Reunião de Quito e falamos *in extenso* sobre o relacionamento da CEPAL e da ALADI. A Ata Constitutiva tem a assinatura de José Luís Machinea, o qual potencializa o grau de compromisso desta agência com nossa Associação. O Engenheiro Pablo Cisneros da CIER, um homem jovem, com quem tivemos a oportunidade de falar em Quito extensamente e nosso querido amigo Diego Pérez Pallares, Secretário-Executivo da OLADE que deixará sua atividade institucional para ser substituído por um cidadão boliviano também especializado nesta área.

Por tanto, esta reunião situa-se dentro desse âmbito, mas não só isso, situa-se dentro das atividades do Comitê, porque o Comitê tem, na Resolução 59 (XIII) e dentro dos componentes do Espaço de Livre Comércio, o acesso a mercados, as normas e disciplinas, o apoio aos PMDERs e as medidas complementares, dentro das quais está a integração física. O parágrafo 18 desta Resolução, ontem o mencionávamos neste mesmo Corpo, com todos os alcances que esta tem diz: “potencializar o intercâmbio de informações, a coordenação e as ações comuns em matéria de integração física regional - transporte, energia e telecomunicações - incluindo as áreas de infra-estrutura, logística e facilitação aduaneira, em direta cooperação com as iniciativas e os organismos especializados nessas áreas”.

Quer dizer, por tanto, que quando assinamos esta Ata Constitutiva, fizemo-lo dentro do âmbito da Resolução 59 (XIII) e particularmente de seu parágrafo 18. Esta informação, um pouco evocativa, não tem, como objetivo, reproduzir de uma maneira literal o que se fez, mas assinalar o grau de importância que estas ações da manhã de hoje e outras posteriores terão em um tema tão sensível como o da energia.

Nesse sentido, também a Secretaria tem o dever de informar aos senhores Representantes e Delegados que em seu plano de trabalho este tema ocupa um lugar no qual a Subsecretaria de Coordenação e Espaço de Livre Comércio está trabalhando e precisamente nesta sessão matutina teremos a oportunidade de receber contribuições do Licenciado José Rivera, responsável pela mencionada Subsecretaria.

Portanto, Senhor Presidente e agradecendo-lhe a convocação feita pelo senhor, agradeço a todos a presença, renovo nosso compromisso com um trabalho coordenado. Acreditamos que a integração é integração, não é fragmentação, a integração é compatível com a divisão de tarefas, mas é incompatível com a fragmentação e a separação ou

isolamento entre as agências especializadas e naturalmente consideramos que a ALADI tem essa vontade de convocação dos mecanismos de integração. Portanto, agradeço também a presença dos respectivos Representantes destes Organismos e senhor Presidente, devolvo ao senhor a condução para escutar cada um dos Representantes.

PRESIDENTE. Obrigado senhor Secretário Geral e agora para mim é uma grande honra ceder a palavra ao Engenheiro José Félix García, Secretário-Executivo da ARPEL.

“ASOCIACIÓN REGIONAL DE EMPRESAS DE PETRÓLEO Y GÁS NATURAL EN LATINOAMÉRICA Y EL CARIBE (ARPEL) (ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE EMPRESAS DO PETRÓLEO E DO GÁS NATURAL NA AMÉRICA LATINA E O CARIBE) (José Félix García). Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhor Secretário da ALADI, senhores Subsecretários, Representantes dos países-membros da ALADI, Observadores, colegas dos Organismos Regionais de Energia.

Para mim é realmente uma honra estar presente em um âmbito tão importante, diria no âmbito da integração latino-americana. É importante para mim, como homem da energia estar aqui, pois a energia como dizia Martín Ponce de León, no nosso 40º aniversário, é uma agenda que está em todas as reuniões importantes a nível global e também neste momento a nível regional.

Compartilharei com os senhores como vemos na ARPEL a evolução e os próximos desafios deste tema da integração energética. *

Apresentarei primeiro uma pequena introdução quanto ao que é a ARPEL. Posteriormente, falarei rapidamente sobre a importância da integração no contexto econômico que estamos vivendo a nível global que é importante considerá-lo para ver que a demanda de investimentos energéticos é muito relevante e urgente, há urgências.

Depois falarei das três “R” para ver se faz sentido um plano de aprofundamento da integração energética entre os nossos países. As três “R” são: em primeiro lugar reservas ou seja, se houver recursos, redes, se a infra-estrutura é suficiente ou qual é a necessária e posteriormente casualmente tudo tem a ver com as regras. Estamos diante de um desafio das regras, essas regras surgem das lições aprendidas no Cone-Sul onde se progrediu bastante e mostrar-lhes-ei que iniciativas desenvolvemos como ARPEL junto aos outros atores e falarei não em nome do que desenvolvemos como grande projeto mas do que nos disseram os diferentes atores e quais consideramos que são os próximos passos, obviamente os relacionados com esta institucionalidade criada mediante esta Ata de Coordenação dos organismos.

A ARPEL é uma Associação regional que fez 40 anos no dia 2 de outubro, originalmente de empresas estatais, atualmente é pública-privada, é original, é a única a nível mundial na indústria petroleira de natureza pública-privada, 65% das empresas são públicas, 35% são privadas. Do ponto de vista das reservas ou da produção essas porcentagens obviamente são muito mais altas atingindo o público 80% ou mais.

* Ver em anexo apresentação PowerPoint

Seus membros representam mais de 90 % das operações *upstream* e *downstream* na América Latina e o Caribe ou seja que tem uma importante representatividade, são 27 empresas e institutos locais, regionais e internacionais.

A Associação antes era uma Associação para dentro, nos últimos 10 anos a transformamos em uma Associação para fora sendo um foro e ponto focal da indústria regional de petróleo e gás natural.

Aqui vemos a composição dos membros, onde temos empresas da região e empresas extra regionais pois a única condição para uma empresa para ser sócia da ARPEL é ter operações na América Latina e o Caribe.

A única empresa da região com importância relativa que não está, mas está por entrar é a Shell. Portanto, os Institutos são: a “Câmara Ecuatoriana de Petróleo” (Câmara Ecuatoriana do Petróleo), o “Instituto Argentino de Petróleo” (Instituto Argentino do Petróleo), o Instituto Brasileiro e o Instituto Mexicano e também temos a *Cleankey Caribbean Association* que se dedica ao combate de derramamentos no Golfo.

Os Senhores podem ver que as empresas regionais estão praticamente todas, lamentavelmente a única que falta porque deixou de ser membro há dois anos é a Copet. A Copet estava também como membro da ARPEL.

Que podemos fazer pelo crescimento econômico da região? A ARPEL trabalha temas econômicos que têm a ver com a integração energética, nós, como empresários, o vemos como uma oportunidade para poder realizar operações e negócios em uma escala mais efetiva e aumentar a segurança energética dos nossos países. Temos um Comitê de refinação de combustíveis. Combustíveis é um tema importante pelos biocombustíveis e por toda a evolução que se está produzindo na sua qualidade e legislação.

No social trabalhamos a responsabilidade social corporativa, os relacionamentos com povos indígenas, já que operamos em áreas sensíveis dentro da Amazônia e também a ética e transparência, porque não acreditamos na ARPEL e nas nossas empresas que possa haver crescimento sem ética e transparência. Ou seja, a corrupção é o pior mal que afeta o crescimento dos nossos países porque é de natureza moral e devemos dizê-lo porque enquanto isso não mude, será muito difícil que vejamos outras mudanças e digo isto com o convencimento de muitos empresários que realmente deve-se operar a esse nível e a esse nível se opera demonstrando ser honesto. O que está escondendo informação e não há transparência está demonstrando que aí pode existir algo que não seja conveniente.

Na área ambiental, mudanças climáticas, emissões atmosféricas, planos de contingência, seguro e saúde ocupacional. Em cada um destes temas temos um Comitê ou grupo de trabalho formado por representantes das empresas que opera a nível presencial e virtual, porque temos um portal que permite o trabalho colaborativo.

Para que tenham uma idéia de como opera isto a nível de temas atualmente há uma atividade em Caracas relacionada com o arejamento de gases, a queima de gases, *flaming* em inglês, que está patrocinada por PDVSA e CHEVRON Texaco e REPSOL YPF e ao mesmo tempo, no Peru há uma atividade de saúde e segurança relacionada com o IGBET, que é um evento petroleiro muito importante em Lima, Peru.

Estamos agora viajando ao Rio para delinear o próximo simpósio que se realizará em março ou abril sobre responsabilidade social que o faremos na Cidade do México e que PEMEX será o patrocinador e o anfitrião. Ou seja, temos uma capacidade de operação

regional relevante porque em cada lugar, cada país temos representantes das empresas membros. Operamos essa sinergia e essa capacidade ao máximo nestes três aspectos, isto faz ao crescimento sustentável da região e dentro da Associação e aos públicos de cada temática vamos desenvolvendo conhecimento e melhores práticas na área econômica, social e ambiental.

Queremos contribuir para o crescimento e o desenvolvimento sustentável dos países e as Comunidades onde operamos.

Importância da integração. Não o lerei, mas os senhores sabem o que falaram os Presidentes, é com muita clareza, o que se escreve normalmente está bastante claro, o que se diz cria alguma confusão, procuro no possível, quando desejo melhorar meu ânimo, ler os documentos.

Na agenda da IIRSA vemos a nível de logística e a nível de comunicações a quantidade de projetos e de eixos gerados. Lamentavelmente na área da IIRSA há uma tarefa pendente e é a que temos que assumir, que é a que não se sabe como alimentará de energia esses eixos. Terei uma reunião em Buenos Aires com a gente da IIRSA, já falamos com Fernando Sánchez, devemos procurar dentro da coordenação de organismos, mecanismos para que estes projetos também tenham incorporado o componente energético.

Benefícios, o contexto econômico é muito importante. Para mim o contexto econômico que estamos vivendo internacionalmente é favorável. E é favorável porque está aparecendo alguma mudança. A nível de empresas visualizamos que há uma multifonte no crescimento, multifonte, não é só Estados Unidos, também é a Índia, a China. Isso faz com que seja esperável um ciclo mais prolongado, mais benéfico e uma oportunidade para nossos países que os ciclos anteriores. O crescimento regional foi de 5% em 2004 e se espera algo similar segundo a CEPAL para 2005. Mas o problema principal da região para sustentar o crescimento é a captação de investimento estrangeiro direto. Fernando mostrará isso e realmente é um tema a trabalhar depois das crises macroeconômicas. Temos que começar a fazer coisas sérias para atrair os investidores tanto institucionais, como privados para a região, para que os fluxos não vão para outros lados.

Entrarei no tema de produção, reservas e comércio, apresento-o por uma razão muito simples, veremos se faz sentido, há algo importante quanto à integração energética, ou seja, se houver reservas que sustentem projetos relevantes para os próximos 10 anos na área da integração energética.

Quando aqui estou mostrando no ano 93, reservas provadas e prováveis e as atuais e também a produção, vendo o total no Cone-Sul vemos que as reservas se multiplicam por três e vendo o total de produção, vemos que a produção se multiplica por dois. Hoje há uma oportunidade de integração energética do ponto de vista dos recursos no Cone-Sul e aqui não estou considerando a Venezuela, por exemplo. No Cone-Sul há uma oportunidade muito mais relevante que a que tivemos e que, de alguma maneira gerou investimentos relevantes, entre o ano 96 e o ano 2001. O que mudou neste cenário é que as reservas argentinas passaram de 19 anos a 12 anos, portanto, o fornecimento ou as reservas fundamentais deixam de estar na Argentina, transformando-se a Argentina em importador marginal e passam a estar fundamentalmente na Bolívia, pelo que a importância da solução das crises políticas e institucionais para que flua esse gás.

Quero mostrar aqui porque realmente Trinidad e Tobago é um país que vale a pena mostrar. Embora às vezes não esteja nas nossas reuniões, tem feito um trabalho a nível

público e privado, que é relevante e que é um caso a considerar no desenvolvimento de seu gás, por isto, a importância das reservas descobertas e da produção. Aqui a produção está orientada ao gás natural líquido que é exportável, mas também fizeram um importante trabalho de desenvolvimento industrial no interior de Trinidad e Tobago. Nós inclusive temos contatado os bolivianos para que possam aprender da experiência de Trinidad e Tobago.

Aqui vemos os fluxos. São muito importantes os fluxos em milhões de metros cúbicos de gás entre os diferentes países, especialmente no Cone-Sul, vemos Trinidad e Tobago também como algo muito importante e aos mexicanos devemos dizer por que estão importando gás tão caro dos Estados Unidos, sendo um país tão rico em reservas. Muitas coisas mudaram na América Latina. Em alguns países a desmonopolização para atrair capital privado de risco é fundamental para que o Estado não seja o único que joga a roleta. Isso é muito caro para nossos países quando o vemos contra as necessidades sociais, isto é o mesmo que eu disse ao Senador mexicano, quando me visitou. No tema do desenvolvimento de reservas, todos os países, o Brasil, a Venezuela, etc, tomam vantagem de que também tome risco o setor privado com os investimentos. Isso é o que tem acontecido na região.

Vemos que em relação às reservas e aos recursos não há problema. Do lado da infraestrutura vemos em 1996, praticamente, a infraestrutura era a Argentina interna mais a conexão à Bolívia. No ano 2003 já vemos o gasoduto de Santa Cruz a São Paulo, vemos os gasodutos ao Chile desde a Argentina e os gasodutos desde a Argentina ao Uruguai e da Argentina também ao limite brasileiro.

Quando evolui esta infra-estrutura do ano 2003, a existente, tende a gerar anéis como vemos nas linhas vermelhas finais, o gasoduto que está propondo a Argentina pelo norte que construíam Techint e REPSOL tende a fechar anéis e um pode fornecer da Bolívia ao Brasil ou ao Uruguai. Esta maturação da infra-estrutura a anéis é uma maturação natural e é o que faz com que de um país possam se fornecer dois, ou seja, o multilateralismo. Não é uma invenção de acadêmicos ou de diplomatas.

O multilateralismo é produto da maturação da infra-estrutura, enquanto que a infra-estrutura é bilateral. Isso se organiza com um protocolo e um contrato. Quando a infra-estrutura coloca anéis e pode-se abastecer vários países, é necessário estabelecer regras de mercado. Atualmente é o momento de começar a estabelecer essas regras e, talvez, por isso, hoje estamos reunidos aqui. Não há queixas em relação ao passado, é o que está por acontecer, ainda não aconteceu, lamentavelmente porque não há um fluxo investidor devido às condições que temos que ainda o permitam. Mas este é o futuro possível. Finalmente a racionalidade prima nestes processos.

Em 1996-2003 se duplicou a capacidade instalada de transporte de gás de 3.835 a 6.612. Houve uma duplicação da capacidade instalada na Argentina e na Bolívia naquele momento. Geraram-se entre 1996 e 2003, 20.000 milhões de dólares de investimento, 3.000 milhões por ano, 5.000 em infra-estrutura, ou seja, em gasodutos; 5.000 em desenvolvimento de reservas, dos quais 3.200 foram na Bolívia e depois na geração de eletricidade, distribuição de gás domiciliar aproximadamente 10.000 no Brasil, no Chile, na Argentina, ou seja que isso gerou um fluxo de 20.000 milhões de dólares. Apresento isto para ter uma idéia da magnitude dos investimentos requeridos nestes processos, mas também para que percebamos que algumas coisas se fizeram e se fizeram bem e com condições de risco.

Houve investimentos muito importantes, não devemos esquecer que quando se fez o gasoduto de Santa Cruz a São Paulo, as reservas bolivianas eram de 9 tcf, que são similares às que hoje tem o Peru e há dúvidas em relação ao abastecimento ao Chile. Estamos falando que tomaram-se riscos não só das empresas, mas também dos governos. Um governo que investe em um gasoduto de 3.000 milhões de dólares e as instituições financeiras que o acompanham e as empresas como PETROBRAS que o acompanham estão assumindo um risco, porque os 55 tcf, bolivianos vieram depois.

Nesse momento havia sérias dúvidas, por isso quando falamos da indústria pública-privada estamos falando que há também funções relevantes dos Estados para que este processo avance mas não para que esteja parado como está desde o ano 2003.

Que lições aprendemos no Cone-Sul do que aconteceu? Quanto se progrediu por projeto? Ou seja, houve uma função importante das empresas públicas e privadas, ou seja, esse investimento de 20.000 milhões veio de investimentos institucionais, governos, empresas, etc, a integração é um trabalho de todos pela magnitude dos investimentos requeridos.

Com a visão argentina, acreditava-se que as reformas estruturais e a integração viriam a os países e as aberturas naturalmente, pero isso, produziu-se a diferentes velocidades como a natureza foi contratual, por ser bilateral faltou um processo de integração pautado que é do qual estamos falando agora e depois isto terminou pelas dificuldades criadas, pelas crises macroeconômicas, pela crise macroeconômica argentina que não desejo avaliar aqui e as institucionais, políticas fundamentalmente, a boliviana que fez com que simultaneamente acontecessem duas coisas. Ou seja, acontece-nos a dupla contingência e a crise macroeconômica argentina mais a institucional boliviana fazem com que haja recursos e que esses recursos não fluam de uma maneira natural. Não é nenhuma crítica mas essa é a realidade.

Iniciativas em favor da integração. Entramos no Institucional, que fizemos na ARPEL. No ano 2003 e 2004 dos Simpósios de integração energética onde convidamos a todos os atores, uma agenda definida, diálogos ou discussões interativas em grupos dos participantes, 150 participantes por Simpósio.

Também junto aos organismos fizemos alguns Seminários ou Oficinas de instrumentos para dinamizar o investimento e garantir a segurança jurídica nos países do Cone-Sul. Até agora fizeram-se quatro.

E depois de trabalhar junto aos organismos este mecanismo de coordenação de organismos regionais da integração energética. Tudo o que estamos fazendo se deriva, agora verão as conclusões dos simpósios, de que temos que percorrer um caminho da institucionalidade.

A institucionalidade palavra que, às vezes eu não entendia, porque venho do âmbito empresarial, não entendia bem até que percebi que a institucionalidade é o mesmo que gestão ou *management* a nível empresarial. Ou seja, se não fizermos algo para que as questões se discutam, gerem-se os consensos, mas devemos fazer coisas mínimas, não criar a grande superestrutura, aproveitar os recursos existentes, coordená-los como estamos fazendo perante os organismos e ser mais efetivos e produzir projetos que tenham consenso em seu processo. Não estou inventando nada quando digo isto, o mais bem-sucedido que tenha-se feito na região, por exemplo a eliminação do chumbo nas gasolinas, fez-se desta maneira com *steering committees* gerados pelas empresas, pelos governos, pelas instituições financeiras que significaram trabalhos feitos, com consenso e que depois

se implementaram e hoje a região latino-americana e do Caribe é a primeira a nível mundial quanto à eliminação bem-sucedida de chumbo na gasolina.

Quer dizer que sabemos pela experiência que trago como ARPEL de como se faz isto, mas é necessário que comecemos a trabalhar em mesas comuns, para que não seja mais do mesmo. Podemos fazer simpósios importantes, documentos relevantes mas na ARPEL já não desejamos gastar tempo, sinceramente, já percebemos que não vale a pena.

Manifesto isto porque é a experiência obtida. As conclusões do primeiro Simpósio que dizem as pessoas: necessidade de que os governos definam funções e objetivos para a convergência do conceito de desenvolvimento econômico; necessidade de promover maior integração comercial por todas as vias, diziam as pessoas, bilateral, blocos regionais, continental. Comércio é trabalho, é desenvolvimento, sem comércio, não vamos a nenhum lugar e acredito que isso é uma realidade, isso não admite discussão, vem dos Fenícios, não tem nada a ver com o Consenso de Washington. Isto é uma questão elemental, trabalho, educação, desenvolvimento econômico. O resto é o sexo dos anjos.

Recuperar confiança dos investimentos depois da crise da região; promover a assinatura do *Energy Charter Treaty*. Digo o seguinte e o diziam assim, se não fizermos algo sério e acreditável e queremos diluir os compromissos referentes à resolução de conflitos ou a temas complexos ninguém acreditará em nós, ou seja, investirá alguém forçado pela realidade e pela situação mas acreditemos nisto. Temos que dizer as coisas, tenho a obrigação de transmitir as coisas como são. É lamentável que se fazemos as coisas mal, todos podem admitir que há uma crise e devemos resolvê-la mas depois se continuam mudando cada 15 dias as regras e não se afirmam, quem tiver que operar diz aqui há risco regulador significativo, vai para outro lugar onde haja menos risco regulador e isso dizem as instituições financeiras. Temos que ser realistas, o desenvolvimento dos nossos povos, a oportunidade global que temos exige investimentos no setor energético que estão demoradas. É negligência não operar rapidamente nestes temas nos nossos países, vão terminar afetando o crescimento.

Aqui surgiu também a avaliação do documento e os senhores nos disseram que estão todos separados porque não se coordenam e trabalham juntos os projetos relacionados com a integração energética, disseram-me no Primeiro Simpósio do ano 2003.

Definir a função das agências reguladoras no processo e depois disseram já que nos chamaram porque não convidamos outros membros da sociedade civil para participar destas atividades e escutamos o que dizem as Universidades, escutamos o que dizem os consumidores, as pessoas dizem isto, isto está escrito nas conclusões do Primeiro Simpósio.

No Segundo disseram que estávamos indo a uma maturação da infra-estrutura, o que dizíamos antes dos anéis. Os investimentos a longo prazo diminuíram por um panorama de integração incerto. Necessidade de instrumentos que melhorem a institucionalidade, o âmbito legal e a confiança dos investidores na região. Dizem que a liderança governamental é chave para desenvolver projetos de integração rentáveis, grandes expectativas de avançar para o multilateralismo, dizia-se isto em novembro de 2004, estamos em 2005.

O mercado integrado requer aumento de coordenação de países quanto a políticas macroeconômicas e energéticas, regulamentações e normas, maior cooperação entre instituições públicas e privadas.

Então aparecia aqui uma recomendação: um dos projetos da Ata de Coordenação, consolidar um foro permanente regional, desenvolver um foro permanente entre todos os atores membros da sociedade civil para que isto evolua de uma maneira institucional a nível de todos os atores. Agora obviamente isto não são leis, mas vão surgir elementos, recomendações para suportar o processo.

Estes seminários já foram realizados para dinamizar o investimento e garantir a segurança energética em Santiago, em La Paz e em Assunção. Foi muito bem recebido em La Paz, estava todo o espectro político boliviano, porque aqui não há questão de diferentes posições políticas, aqui para avançar nestas questões não há duas posições, há somente uma, a de avançar e investir e o próximo é no Rio de Janeiro. Deixei cópia nas suas pastas no dia 5 de dezembro de 2005, onde estamos fazendo um Seminário com os organismos, onde estão presentes as empresas privadas, as empresas estatais, todas vindo de sua perspectiva como pode-se melhorar a integração e será tratado o tema de como melhorar o ambiente de investidores. O último será em Buenos Aires.

Esta é a Ata, os senhores já a conhecem, na qual estão os compromissos dos planos. O plano estratégico regional é outro tema importante além do foro, bem como o tema de favorecer o desenvolvimento sustentável do potencial do gás boliviano na medida que o Governo Boliviano nos convida. Aqui não pretendemos fazer estudos sem que os governos não abram a porta, obviamente.

O grau de integração atingido até a atualidade é satisfatório. Existem oportunidades identificadas de avanço. O entorno político-econômico regional e internacional é favorável. O desenvolvimento da infra-estrutura requer investimentos de longo prazo. O financiamento dos projetos tem a ver com a existência de um clima de confiança dos investidores. A liderança do processo corresponde aos governos ainda quando todos os atores, companhias públicas, privadas ou instituições financeiras e organismos regionais são imprescindíveis.

Com isto termino. O próximo passo na Ata, considero que promover a consolidação do foro regional, a ARPEL está dando a mesma capacidade que tinha para fazer os Simpósios para favorecer a operação do Foro Regional.

Criação de órgãos operativos, governo-empresas, estes órgãos operativos consultivos de empresas são uma proposta que será discutida no evento de Rio em 5 de dezembro. No evento de Instrumentos para dinamizar o investimento, discutiremos como podemos operar com órgãos consultivos dos governos e com órgão consultivos e operativos das empresas.

O financiamento dos projetos da Ata de Coordenação é um elemento chave porque facilitaria a criação de *steering committees* entre os diferentes organismos e Ministérios para que, quando se faça um projeto tenha o aval de todos e já o consenso esteja dado no projeto. Isto seria aplicado ao "Foro de Planeamiento Energético Regional" (Foro de Planejamento Energético Regional), ao projeto sustentável para a Bolívia na medida em que convida o Governo e há interesse coordenado das instituições financeiras para financiar esta Ata de Coordenação de organismos. Depende de nós tomar a iniciativa de avançar nestas questões e se continuará promovendo os instrumentos para dinamizar o investimento que afirmamos faltava neste evento do Brasil, no Rio.

Gostaria simplesmente de agradecer-lhes pelo tempo que me deram. Talvez falei demais, mas creio se abre uma oportunidade e realmente estou muito contente de ter sido convidado a esta reunião para começar a passos mínimos como a Ata, como os Órgãos Consultivos Empresários, como os *steering committees* para o desenvolvimento dos

projetos. Temos que dar passos pequenos, sem custo, institucionais para fazer isto efetivo. No digo isto porque venha a inventar aqui algo, digo-o com base no que aprendemos de coisas bem-sucedidas da nossa região. Estão-nos demandando isso. Temos que ocuparnos de mudanças pequenas mas que ajudem a gerar um ciclo dos próximos 10 anos, muito mais importantes dos que vivemos entre o ano 1996 e o ano 2003. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Agradeço a intervenção ao Engenheiro García e é muito grato para mim ceder a palavra ao Doutor Fernando Sánchez Albavera, Representante da CEPAL.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL) (Fernando Sánchez Albavera). Muito obrigado, Embaixador Carrión. Gostaria de agradecer esta possibilidade de intervir neste Comitê de Representantes porque considero que a ALADI é a Casa da integração latino-americana e seria muito importante que este foro da integração regional que acordamos entre as 4 organizações, este foro permanente da integração energética regional deva ter como sede fundamentalmente a ALADI. Creio que corresponde à ALADI ser a sede desta iniciativa que acordamos as 4 instituições. Nesse sentido, gostaria de manifestar ao doutor Opertti, Secretário-Geral da ALADI esta proposta da CEPAL para que a ALADI seja a sede deste foro da integração energética regional.

Isto é porque creio que estamos em um momento oportuno e no lugar oportuno obviamente porque temos avançado muito nos últimos meses em matéria de coordenação das políticas energéticas sobre as conversações técnicas mantidas pelos países na iniciativa do denominado anel energético. Considero que há um avanço muito importante do ponto de vista técnico que deveria consolidar-se em alguma relação vinculadora mediante um organismo como a ALADI para concretizar esta iniciativa.

O conteúdo de minha exposição é o seguinte:* referir-me-ei em primeiro lugar ao panorama mundial, posteriormente às experiências de integração energética na América Latina e à proposta que a CEPAL está trabalhando junto aos países do anel energético, em relação à idéia de um acordo de complementação energética a nível regional.

Se analisarmos as projeções da Agência Internacional de Energia, todas as conclusões são que crescerá fortemente a demanda de petróleo e gás natural e apresento este tema porque no próximo Comitê de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, para o biênio 2006-2007, o tema central é a energia e mudanças climáticas e isto tem relação com as características da disponibilidade de recursos da região e a demanda da energia dos países desenvolvidos.

Considero que este Comitê de Desenvolvimento Sustentável será muito dinâmico, muito rico em propostas, principalmente dos países desenvolvidos devido, evidentemente, às circunstâncias da alta dos preços do petróleo, isto é, sem um ajustamento petrolero mundial não é possível o Protocolo de Kyoto.

Se analisarmos dentro deste contexto o que é o consumo de energia dos países desenvolvidos projetados a 2025 e a porcentagem da população, veremos uma situação de insustentabilidade do desenvolvimento energético mundial, 14% da população mundial consumirá 43% da energia mundial e 82% da população 45% da energia mundial. Isto é insustentável do ponto de vista do planeta porque o crescimento da demanda mundial requererá que os países em desenvolvimento, particularmente a China por exemplo, se

* Ver em anexo apresentação PowerPoint.

quiser se equilibrar ao nível de renda *per capita* dos Estados Unidos daqui a 2025 seu consumo de energia faria insustentável praticamente a estabilidade do planeta. Portanto, requiere-se algum tipo de ajustamento energético internacional e por isso, a importância do Comitê de Desenvolvimento Sustentável para o biênio 2006-2007.

Temos em 2006-2007 uma oportunidade muito interessante para discutir, como região, os problemas energéticos mundiais neste Comitê de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, no qual os países desenvolvidos darão uma importância fundamental à relação entre a energia e as mudanças climáticas, particularmente da perspectiva da União Européia mas isto coincide com a nova legislação americana e a proporção de fontes de energias renováveis, a crise dos preços do petróleo sem dúvida favorece uma discussão desta natureza. A coincidência técnica internacional é que sem preços altos do petróleo não é possível uma vigência efetiva do Protocolo de Kyoto. Os preços altos do petróleo foram mais ou menos assimilados pela economia mundial. Não há grandes pressões inflacionárias em euros ou de direitos especiais de envio. O petróleo está relativamente barato, deve subir mais e então isto será um ajustamento petrolero mundial e isto nos coloca em condições competitivas muito interessantes do ponto de vista do desenvolvimento das reservas da região, de forma que teremos, como dizia José Félix García, um contexto internacional muito favorável para a região, praticamente cresceremos sós sem maior esforço dos países.

Os preços das matérias-primas serão elevados pela demanda da China, o primeiro consumidor mundial de todos os produtos primários mais importantes. Não há nenhuma razão para pensar que a demanda china possa baixar nos próximos anos. Tivemos pelo menos um quinquênio de crescimento econômico muito favorável graças aos termos de intercâmbio dos países da região e, por conseguinte, a dinâmica do crescimento estará marcada pelas exportações e nesse sentido as exportações de produtos primários terão um dinamismo ótimo nos próximos anos.

Então da perspectiva do desenvolvimento energético, gostaria de mostrar-lhes neste panorama internacional que os países desenvolvidos demandarão energia dos países em desenvolvimento, mas os países em desenvolvimento somos baixos consumidores de energia e se quisermos crescer necessitamos crescer com um consumo de energia cada vez mais produtivo, cada vez mais eficiente, mas isso significará certos resguardos em relação à segurança do abastecimento dos países em desenvolvimento.

Por exemplo, os Ministros Andinos de Energia acordaram na sua segunda reunião de Lima ter uma função principal neste Comitê de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, propondo-se três temas fundamentais de ação conjunta. Em primeiro lugar, a segurança do abastecimento sub-regional, neste caso. Em segundo lugar, o uso eficiente da energia. E em terceiro lugar, a promoção das energias renováveis.

Em torno a estas três idéias haverá uma reunião em Santiago em janeiro para coordenar a posição latino-americana e a CEPAL se encarrega da Secretaria Técnica deste Comitê de Desenvolvimento Sustentável para a região.

Desta perspectiva, queria mostrar-lhes se os países desenvolvidos demandarão cada vez mais energia dos países em desenvolvimento. Neste contexto, embora sejam importantes os montantes que serão manejados na América Latina, não representamos mais de 10% dos investimentos mundiais que serão concretizados até o ano 2025. Portanto, tampouco temos uma função estratégica do ponto de vista do abastecimento internacional.

É muito interessante a função estratégica que possa ter a integração energética da América do Sul, particularmente, e regional, em geral, do ponto de vista da segurança do abastecimento energético dos nossos países. Considero isto fundamental porque a maior parte dos investimentos será para favorecer o desenvolvimento produtivo regional e o consumo dos países da região. Esta é a característica mais interessante que podemos observar na projeção dos investimentos que se realizarão nos países particularmente do Cone-Sul. Apesar de que serão excedentes para a exportação, em alguns casos o mais interessante é que desenvolveremos e consolidaremos um mercado energético regional que terá que manter correspondência com as expectativas de crescimento das economias da região. Demandaremos mais energia neste contexto de uma economia internacional favorável, por isso, na CEPAL valorizamos muito especialmente as iniciativas da Venezuela de cooperação energética. Consideramos muito interessante as iniciativas de criar um âmbito de cooperação energética na região, de facilitar o intercâmbio de energia mediante créditos preferenciais ou de mecanismos de preços por meio de diversas formas de cooperação, porque isto é uma forma de garantir a segurança do abastecimento energético dos países da região.

Aqui está o fluxo de energia de hidrocarbonetos onde se observa claramente que há uma grande oportunidade comercial nos países desenvolvidos e parte dos excedentes da América do Sul pode ir para os Estados Unidos. Mas o mais interessante do fenômeno é que se consolida um mercado regional no sul de proporções muito interessantes.

Os investimentos em petróleo e gás nas projeções da Agência Internacional de Energia para 2030 são cifras que representam 12% em petróleo e 8% dos investimentos de gás mundialmente. Nesse sentido, não são de grande relevância internacional, mas não deixa de ser interessante que estamos falando de investimentos em gás, por exemplo, de 253 bilhões de dólares. O efeito reprodutivo destes investimentos nas economias regionais ou o caso dos investimentos em petróleo de 337 bilhões de dólares significarão efetivamente prosperidade para os países da região. O problema é como captamos o investimento, quanto deste investimento será realizado por agentes privados e quanto eventualmente poderia ser realizada pelas grandes petrolíferas estatais que existem nos nossos países.

Gostaria de destacar que estas petrolíferas estatais tiveram a função mais importante no investimento regional. Na década dos 90, mais os três primeiros anos deste século investiram 160 mil milhões de dólares somente 6 empresas estatais da região, sendo importante destacar o impressionante crescimento da PETROBRAS.

Portanto, estamos diante de uma oportunidade de investimentos muito importante que requer certamente garantias para o investimento, segurança jurídica, estabilidade política, entre outras.

De que se trata do ponto de vista de uma política energética?, O que faria um empresário schumpeteriano? Procuraria abranger a máxima cobertura social da energia satisfazendo a demanda da população residencial e do aparato produtivo correspondente com a menor intensidade energética possível. Essa é a fórmula, temos que ser eficientes no uso d energia. E a integração energética ao possibilitar a complementação de fontes e inclusive no caso elétrico ao abrir a possibilidade de uma competência permitiria justamente cumprir com esta máxima schumpeteriana da redução da intensidade energética, não somente para garantir a competitividade da produção mas também para garantir a sustentabilidade ambiental dos países da América Latina.

Quais então os desafios, como vemos na CEPAL, das políticas energéticas? Impulsionar um regionalismo aberto, isto é, o grande mercado está na América do Sul mas

podemos exportar excedentes ao resto do mundo, mas tem que ser este enfoque de regionalismo aberto.

Temos que criar mecanismos de cooperação que nos permitam aprofundar a integração da infra-estrutura, dar coerência às diversas iniciativas de cooperação do ponto de vista institucional, como assinalava José Félix García, assegurar o desenvolvimento energético de maneira sustentável, isto é, reduzindo a intensidade energética e complementando os sistemas para poder avançar ao objetivo final que seria um mercado comum da energia.

Quais as experiências de integração? O primeiro é a construção da institucionalidade, observaremos um grande avanço em matéria de institucionalidade na Comunidade Andina e dentro desta institucionalidade, gostaria de destacar a criação do Comitê de Ministros de Energia da Comunidade Andina com uma série de objetivos muito interessantes propostos do ponto de vista de suas atividades que concretamente se referem basicamente a um plano de ação, já que os países andinos representam cerca de 52% das exportações de energia comunitárias ao mundo e este Comitê de Ministros de Energia foi criado em junho de 2003, celebrou sua primeira reunião em Quito no ano 2004 e tem três eixos estratégicos fundamentais.

O primeiro eixo é garantir a segurança energética e incrementar a capacidade de negociação dos países andinos; o segundo eixo é a promoção do desenvolvimento empresarial e dos *clusters* energéticos e o terceiro eixo, que é a construção de um mercado comunitário da energia e aqui é muito relevante a aprovação. Considero que é uma decisão histórica na Comunidade Andina, a Decisão 536, que tem como objetivo desenvolver as interconexões elétricas, otimizar o uso dos recursos disponíveis, assegurar o livre acesso aos enlaces internacionais, melhorar a segurança do abastecimento e propender à formação de um mercado comunitário.

Esta Decisão 536 tem um grande avanço em matéria institucional. Gostaria de destacar a criação do Comitê Andino de Órgãos Normativos e Órgãos Reguladores de Serviços de Eletricidade. Foi criado também um Comitê Andino de Planejamento Energético mediante a normatividade e o planejamento. Portanto, pode-se harmonizar uma visão a longo prazo dentro dos países andinos que significará um planejamento indicativo para oferecer aos investidores privados um horizonte de investimentos de mediano e longo prazo.

A Decisão 536 propõe uma série de obrigações aos países-membros, esta Decisão é lei em todos os países da sub-região e significa basicamente um conceito elemental que deve estar em toda norma de integração energética que é a não aplicação de discriminações de nenhuma natureza, particularmente de preços entre os mercados nacionais e os externos e que não exista neste sentido nenhum tipo de discriminação entre agentes operativos, que exista o livre acesso às linhas de interconexão internacional, que exista uma coordenação dos despachos energéticos, que não existam situações nas que possa ser afetado o caráter comercial das transações, de modo que o despacho destes serviços energéticos possa funcionar de forma coordenada e eficiente, segundo as práticas usuais da indústria elétrica.

Neste sentido, os países devem assegurar condições competitivas, regular e combater qualquer prática discriminativa, garantir a livre contratação entre os agentes, garantir o cumprimento dos contratos. A integração se baseia em duas palavras; confiança e segurança. Se não houver confiança e segurança não haverá forma de fazer um processo de integração.

Os preços da eletricidade em ambos extremos, falando dos enlaces intracomunitários, deverão servir para valorizar as transações internacionais de eletricidade a curto prazo e, neste sentido, se produz um intercâmbio das necessidades e dos excedentes dos países da sub-região andina.

Existe dentro da Decisão 536 uma série de normas vinculadas à solução de controvérsias que levam estes problemas à institucionalidade andina mediante o Tribunal de Justiça que existe dentro da Comunidade para resolver este tipo de situações.

Os avanços são realmente muito interessantes. Gostaria de mencionar-lhes alguns progressos da Decisão 536, por exemplo, no ano 2003 entrou em operação um corredor de transporte de eletricidade entre a Venezuela, a Colômbia e o Equador com capacidade para transportar 250 megawatts de energia elétrica e como resultado também da Decisão 536 o fluxo elétrico entre a Colômbia e o Equador se multiplicou por 10.

Aqui está mais ou menos o desenvolvimento dos investimentos em interconexões elétricas dentro dos países da Comunidade Andina. Já está em operação a interconexão do Equador com o Peru, estão se ajustando pequenos detalhes de operatividade deste Convênio mas além dos progressos do Equador e da Colômbia e além dos progressos em matéria de integração entre o Equador e o Peru também existem possibilidades para desenvolver em 2010 um conjunto de novas linhas que significarão aproximadamente 1800 megawatts de eletricidade. Considero que os progressos do ponto de vista da integração serão vistos mais claramente mediante o abastecimento ao Equador cuja demanda de eletricidade está crescendo fortemente e requer por diversas circunstâncias naturais uma complementação energética, de modo que em pouco tempo a isto se acrescentará também a interconexão elétrica entre o Peru e a Bolívia que já está em seu processo de avaliação final que permitirá uma linha de corrente contínua entre as subestações de Puno e Quenco que encara na Bolívia.

O interessante é que há uma empresa colombiana, ISA, que é fundamental para as interconexões entre a Colômbia e o Equador. Isto se projeta inclusive para a Venezuela. Também é uma contribuição muito importante da ISA nas relações de intercâmbio de eletricidade entre o Peru e a Bolívia, de modo que estamos diante de um desenvolvimento interessante de uma empresa regional como ISA que está sendo um agente da integração elétrica regional.

Aqui os senhores têm o impressionante crescimento que representou o intercâmbio de energia entre a Colômbia e o Equador, com cifras que superam atualmente os 100 milhões de dólares.

No caso da América Central, falamos de uma demanda de cerca de 4.543 megawatts. É interessante destacar também o desenvolvimento da institucionalidade, a Reunião de Ministros de Energia do SICA, as Secretarias dedicadas a temas Ad-hoc como a eletrificação e o caso da Comissão de Cooperação de Hidrocarbonetos. Esta é uma falência no MERCOSUL, isto é, a institucionalidade do MERCOSUL não está desenvolvida ou é muito fraca.

Estas são as interconexões previstas no caso dos países da América Central. Aqui temos o crescimento dos intercâmbios transfronteiriços de eletricidade. Aqui os senhores têm as previsões de interconexões para o futuro. A integração da América Central avança mediante aproximações sucessivas. Assim foi feito na Europa e creio que temos um grande avanço e uma experiência que aprender dos países da América Central.

O caso do Cone-Sul é muito interessante porque estamos falando, na América do Sul, de um mercado com aproximadamente 260 milhões de habitantes, um mercado muito interessante para desenvolver economias de escala. Este é o chamado anel energético. Isto surgiu de um estudo entre a “Fundación Bariloche” e a Universidade do Rio de Janeiro que desenvolveram um modelo que em algum momento creio que seria muito interessante que se apresentasse aqui na ALADI, porque é um modelo que permite uma articulação hidrelétrica e gasífera para dar segurança ao abastecimento sobre a base da incorporação do potencial ou do pólo hidrelétrico do Paraguai, da Argentina, do Uruguai e do Brasil com a possibilidade de articular isto com um abastecimento boliviano de gás natural para dar segurança ao anel energético. Acrescentou-se posteriormente a esta idéia a iniciativa dos gasodutos da América do Sul, onde o Chile tem sido sem dúvida um ator muito importante e se complementa também com a possibilidade de incorporação do Peru, pelo que estamos falando já de algo maior ao anel energético original.

Se observarmos as reservas de gás natural, no caso da América Latina sem dúvidas as reservas mais importantes estão na Venezuela, mas há uma dificuldade geográfica para articular isso ainda para a América do Sul, de tal maneira que a resposta a curto prazo está na Bolívia fundamentalmente. Considero que as cifras da Argentina já são desatualizadas neste caso, mas a Bolívia tem muito para contribuir nesta iniciativa e em menor medida conforme sua disponibilidade é o Peru.

Mas considero que a Bolívia é um ator relevante, muito importante na perspectiva da segurança do abastecimento energético da América do Sul nos próximos anos.

Se analisarmos a participação do gás natural na oferta primária de energia, observaremos que ainda, por exemplo o caso do Brasil tem um potencial de desenvolvimento muito interessante. O Brasil é o grande mercado que requer segurança energética para os próximos anos. Se observamos o consumo residencial de gás, é muito baixo, é necessário massificar o consumo de gás na maioria dos países da América Latina. O único mercado maduro, grande é o mercado argentino, mas que demandará importações de gás nos próximos anos.

Aqui temos um pouco a projeção dos gasodutos que mostrava José Félix García. Esta é uma gráfica da ARPEL, que é pública. O interessante disto são os investimentos para não entrar nos detalhes já mencionados por José Félix García.

Há uma carteira de projetos, somente levando em conta estes países. Se aumentamos com outros países da região estamos falando de cifras realmente importantes. O investimento superará em eletricidade os 20.000 milhões de dólares em relação à carteira de projetos disponíveis e estamos falando de mais de 7.000 milhões de dólares em investimentos em gás. Isto sem dúvida requer complementaridade pública-privada para poder atender as demandas da região.

Gostaria de entrar na função fundamental da ALADI nesta matéria. Considero que o lugar onde devem ser tratados os acordos vinculadores em matéria de integração é a ALADI. Consideramos que o tema da integração energética deveria estar em um foro permanente de discussão na ALADI. Oferecemos o apoio da CEPAL para que esta iniciativa possa ser concretizada e gostaria de propor aqui algumas iniciativas que já estamos desenvolvendo, porque creio que muito rapidamente, com o avançado mediante as conversações do anel energético poderíamos ter pronto em pouco tempo um acordo de complementação energética que possa ser assinado pelos países interessados com as características de um acordo de caráter parcial.

Neste sentido, as áreas centrais que compreenderão este mecanismo têm a ver com a coordenação da institucionalidade com as normas comerciais e de competência que acordaremos os países, com o âmbito jurídico para garantir o cumprimento dos compromissos adquiridos e com uma eventual cooperação em matéria de intercâmbio de tecnologia.

Portanto, consideramos que é um Acordo de Alcance Parcial que tem que estar no âmbito jurídico da ALADI e, por conseguinte, os países teriam que acordar algumas definições fundamentais de política energética.

Em primeiro lugar, em suas políticas energéticas se sustentam na não discriminação, isto é, na aplicação, equivalente à idéia de tratamento de nação mais favorecida, que é um conceito fundamental que está no âmbito jurídico da ALADI. E nesse sentido, a partir da definição da não discriminação e da aplicação do conceito de nação mais favorecida, os países declararão ou deveriam declarar que suas interconexões energéticas com outros países da região são de interesse nacional e que coordenarão suas políticas energéticas para concretizar as interconexões que considerem convenientes do ponto de vista nacional. Neste sentido deveriam se estabelecer as normas para que as partes que negociem possam ter um âmbito de sustento jurídico para estas interconexões de caráter regional ou binacional, segundo o caso.

Os considerando são muito concretos e considero que é muito importante levá-los em conta porque são a base política da reação que deveriam ter os países.

Em primeiro lugar, considero que temos avançado muito em matéria de cooperação energética. Aqui na ALADI estão depositados convênios bilaterais. As interconexões elétricas e gasíferas existentes são um avanço, como dizia José Félix, satisfatório. Avançamos bastante mas agora estamos estancados. Temos que dar um novo impulso.

Neste sentido, devemos institucionalizar mediante um acordo energético, como digo, de alcance parcial, todas estas modalidades soltas de cooperação energética, de intercâmbio energético que existem na região, mas o mais importante e por isso mencionava o Comitê de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas é que temos que garantir a segurança da região do ponto de vista energético a futuro e isto supõe integração energética, complementaridade de fontes, desenvolvimento do mercado regional da energia.

Esta é uma consideração não somente de caráter econômico, mas geopolítico. A região deve garantir sua segurança energética, no caminho a uma nova civilização energética que creio que começou em junho em Bonn de 2004 quando se celebrou ali a grande Cúpula Mundial de Energias Renováveis. Já estamos caminhando a uma nova civilização energética e a lei norte-americana que por exemplo privilegia o nuclear é um avanço nesse sentido. Já começamos a caminhar a um ritmo diferente da civilização petroleira.

Em terceiro lugar, necessitamos garantir a confiabilidade do abastecimento energético. Necessitamos crer efetivamente na verdade, na idéia do regionalismo aberto, que a integração contribuirá para um melhor funcionamento do nosso sistema, isto é, há uma dose de eficiência na decisão que deveríamos adotar e que deveríamos ter como meta final a livre circulação destes produtos energéticos.

Qual é a idéia estratégica ou a maneira de pôr em andamento este assunto? Foi proposto neste considerando. Construiremos o livre comércio da energia por meio de

interconexões entre dois ou mais países, isto é, será um processo no qual as relações bilaterais construirão um multilateralismo e como mencionava José Félix, no caso deste anel gasífero, tem se gerado produto dos intercâmbios. Criaremos condições para o desenvolvimento multilateral, que para o futuro é necessário propor uma meta final de um mercado comum da energia.

Portanto, é necessário aprofundar nos âmbitos institucionais e normativos, criar instâncias de coordenação dos âmbitos reguladores e sobretudo criar as garantias para o investimento que façam sustentáveis as iniciativas de interconexão.

Quais seriam as orientações basicamente e muito rapidamente para destacar algum dos aspectos que conteria este acordo de complementação de alcance parcial entre os países da região?

Em primeiro lugar, considero que o mecanismo deveria dizer com clareza que são as partes as que estabelecem as modalidades de interconexão aqui. Não há nenhum programa preestabelecido. Não podemos imaginar as potencialidades de desenvolvimento bilateral existentes, por tanto, deve ficar clara a iniciativa dos países mas deveríamos considerar que as relações bilaterais devem deixar aberta a possibilidade ao ingresso de terceiros. Não deveriam ser relações bilaterais fechadas, sempre deixando aberta a possibilidade de que um terceiro ou um quarto possam aderir a estas iniciativas bilaterais.

Em segundo lugar, devemos garantir o investimento no sentido que deve ser tratado como investimento nacional em cada uma das partes, isto é, devem gozar de todas as garantias de lei que os países outorgam ao investimento. Isto é fundamental porque estamos falando de interconexões que se recuperarão a médio e longo prazo e que são investimentos muito importantes que requerem segurança para a proposta, sobretudo destas ampliações, destas interconexões que devem ser feitas com suficiente antecipação. Os contratos que se estabeleçam deveriam ter categoria de lei nacional e ser amparados neste caso pelo direito internacional e pelas normas específicas que as partes possam estabelecer.

Gostaria de ficar aqui. A seguir, os senhores podem ter todas as idéias aqui propostas, mas gostaria de que fique bem claro que não devemos obrigar os países, isto é, o acordo de complementação deveria ter a virtude de ser o suficientemente flexível para outorgar diversas possibilidades de negócios bilaterais, que os países decidam quais as instâncias mais convenientes de solução de controvérsias, de garantias para o investimento, não criar âmbitos regionais rígidos, mas que as partes decidam livremente que é o mais conveniente para o sucesso de seu contrato. Creio que com um mecanismo flexível dessa natureza, com uma visão de longo prazo, com a criação no âmbito da ALADI de uma instância de planejamento energético, com a possibilidade de um âmbito de coordenação das entidades reguladoras, que não é criar organismos, a ALADI pode ser a sede de todas essas iniciativas, podemos concretizar este Acordo de Alcance Parcial que considero que corresponde estar no âmbito jurídico da ALADI. Muito obrigado, Senhor Embaixador Carrión.

PRESIDENTE. Agradeço a palavra ao senhor Fernando Sánchez Albavera e cedo a palavra ao Senhor Representante da CIER, Engenheiro Pablo Cisneros.

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA REGIONAL (CIER) (Pablo Cisneros Gárate). Senhor Presidente, Embaixador Carrión, senhor Secretário-Geral doutor Didier Operti, senhores Representantes, primeiro muito contente de estar aqui, poder expressar algumas idéias técnicas que talvez no fim da reunião convirjam com uma ordem política.

Lembrei quando o artista argentino Sandro disse uma vez: “que querem se me fazem cantar depois de Frank Sinatra”. Aqui direi o mesmo, fazem-me falar depois de oradores e palestrantes especialistas no tema mas honrando ser o Diretor-Executivo da CIER, ter uma experiência privada e pública na Europa e na América Latina. Não quero perder a oportunidade de expressar e ser a voz dos técnicos e dos privados e inclusive dos reguladores do setor energético. Ter esta oportunidade de emitir critérios para que a liderança política chave na integração tenha rumos certos, mas com a participação dos organismos energéticos privados. Realmente os governos devem ter a liderança mas a participação dos organismos é realmente chave neste processo.

Na apresentação trataremos três temas. O primeiro é uma história da CIER que de uma ou outra forma servirá para uma plataforma de compreender um pouco mais uma visão de integração desde os anos 60*.

Nos anos 60, 70 e 80 a função dos governos foi fundamental. A criação de Itaipu, a criação de Salto Grande, a Central Bilateral Uruguiaia – Argentina, Yacyretá são um claro exemplo da função fundamental dos governos nessa década. Depois com os modelos e as mudanças, a globalização, as privatizações na década dos 90, deu-se espaço aos privados e finalmente darei as conclusões da apresentação. Nesta nova década e nos novos anos deverá haver uma convergência estatal privada. Se não houver isso, não funcionará nenhum processo de integração. Posteriormente falaremos sobre os resultados de uma década de integração. Perguntaremos: há ou não há mercado? Qual a realidade energética na América Latina? E finalmente, os desafios para a integração que de uma ou outra forma convergirem com os dois palestrantes anteriores.

Tenho muitas apresentações, mas não se preocupem praticamente são iguais. A história da CIER, é uma entidade fundada no ano 1964, agrupa 198 empresas e organismos do setor elétrico incluída a Espanha, com a “Cámara de Generadores de España” (Câmara de Geradores da Espanha) e está Endesa, Iberdrola, todas as empresas que estão participando do setor elétrico na Espanha e a Hydro-Québec do Canadá, logicamente os 10 países da América do Sul com todas suas empresas elétricas geradoras, transmissoras, operadoras e reguladoras do setor elétrico na América Latina.

A formação da CIER: inicialmente surgiu como uma entidade, obviamente sob as estruturas anteriores de uma entidade pública. Todo o setor elétrico há 40 anos pertencia ao estado. Agora essa transformação será refletida também na visão e na missão da CIER, inclusive por isso acrescento que sua constituição foi aprovada no Congresso de Integração Regional realizado em Montevidéu, organizado por UTE, empresa Uruguiaia, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a CEPAL e a Associação Latino-Americana de Livre Comércio, isto é, após 40 anos nos encontramos novamente.

A história da CIER começa no ano 1952. Uma empresa canadense, Canadá Light já falou sobre o aproveitamento do recursos hidráulico que em português é “Sete Quedas”, o aproveitamento do recurso hidráulico do rio Paraná, rio Paraguai e o rio Uruguai , isto é, já estamos tentando integrar-nos mediante a energia hidráulica.

No ano 1962 o Governo de João Goulart propõe um projeto de 10.000 megawatts, integralmente em território brasileiro. Houve conversações, diria algumas diferenças,

* Ver em anexo apresentação PowerPoint.

decorrentes disto que depois felizmente ficaram nos convênios de Itaipu e no ano 64 criou-se a Comissão de Integração Energética Regional.

No ano 1965 foi inaugurada a primeira interconexão na América do Sul, de Livramento e Rivera, entre os Presidentes Washington Beltrán -uruguaio- e do Ministro brasileiro, Mario Thibau, na presidência de Castello Branco.

No ano 1966 foi assinada a Ata de Iguazu. Isto foi posto com nomes para ver se em algum momento revisando a história encontramos pessoas que de uma ou outra maneira foram pilares fundamentais na integração.

No ano 1984 os Presidentes João Batista Figueiredo e Alfredo Stroessner inauguraram Itaipu com 12.600 megawatts, isto é, a CIER surgiu sob este esquema de integração e com a participação dos governos. A CIER teve uma função fundamental técnica há 40 anos.

No panorama de reestruturação de todo este processo, a CIER surgiu sob uma visão estatal, mas obviamente a globalização que chegou a diferentes âmbitos também influenciou na parte energética na parte de serviços públicos, telefônicos, eletricidade e por isto o boom da privatização.

Na África a privatização foi vista como uma sanção, uma sanção pelo fracasso da empresa pública que tinha tarifas deficitárias. O estado era um mal pagador. Que aconteceu na Ásia? Na Ásia não foram esses os antecedentes. Na Ásia começou a subir desmedidamente a demanda, houve um desenvolvimento que demonstrou a falta de planejamento dos organismos encarregados. A impossibilidade de cumprir com esta deficiência do planejamento no setor público levou à privatização.

Na América do Sul, não gostaria de dizer a quem somos mais parecidos. Deixo que os senhores vejam isso, mas acredito que cada um de nós pode responder porque somos uma amálgama dos anteriores.

Na Europa, por que foram embora? Porque o livre mercado já veio para muitos âmbitos e a energia não podia ficar com essas travas de fazer o livre comércio. Por isso chegou à Europa, mas na América Latina considero que podemos tomar várias: da África, da Ásia e da Europa, apesar de que pela minha formação participei tanto da empresa privada e estatal e aparentemente nos parecemos um pouco mais em muitos países à primeira parte, a tarifas deficitárias e a um fracasso muitas vezes das entidades públicas.

Com tudo isto a CIER teve que se adaptar a esta metamorfose de mudanças, já não podia simplesmente ter resultados ou trabalhos públicos, senão que as empresas que se tornaram privadas requeriam resultados *show me*, que lhes dessem valor agregado e que se traduzam em dinheiro. Por isso mantendo a visão original de que a CIER lidera e promove a integração energética dos países da América do Sul como um dos meios de impulsionar o desenvolvimento e prosperidade regional, mas obviamente incrementou ou tomou consciência de muitas funções atuais, como qualidade e segurança do fornecimento, ou não poderemos integrar-nos. Vivi pessoalmente a integração Equador-Colômbia do ponto de vista elétrico, trabalhador, fazendo os cálculos e não podíamos aceitar uma interconexão que produzisse falhas, era pior.

Na gestão ambiental adequada se vêem mercados de compra e venda de carbono. Estamos fazendo isso na CIER. Realmente a visão tem mudado, atualizamos-nos, temos que estar de acordo com a conjuntura energética do momento.

Que temos visto nestes anos, nesta década da integração? Que tem acontecido? É o que no começo da minha apresentação disse: nos anos 80 houve uma forte participação do governo, uma baixa participação privada e os benefícios eram compartilhados, isto é, tinha convênios bilaterais, compartilhavam-se investimentos, compartilhavam-se gastos, compartilhavam-se benefícios.

Na década dos 90 ingressam os privados e dizem senhores: aqui veremos por estes famosos custos, quanto custa e quanto ganho, simplesmente essa é a visão da década dos 90.

Na década atual devemos ter uma união do privado e do público e os benefícios deverão ser compartilhados. Devemos dirigir-nos a isso e para isso devemos iniciar já estes processos.

O modelo. A integração deu muitos benefícios. Alguns dos técnicos temos dúvidas sobre estes modelos. Pessoalmente sou um defensor do modelo porque nenhum modelo pode funcionar sob fatores exógenos, como a instabilidade macroeconômica devido à falta de gás de investimentos, a incerteza das mudanças abruptas de combustível que aconteceu no Chile pela chegada do gás argentino, uma baixa de preços pela existência de gás no Peru e cabalmente por não terminar o processo de transformação no Brasil. São fatores que nenhum modelo sustentará, mas vejamos o que tem acontecido com o modelo.

Apesar do alto poder gerenciador do modelo, levou a que os países não cheguem a crises extremas como a Argentina manejou, em relação ao problema macroeconômico de 89, agora o manejou em 2001 de uma melhor maneira e o modelo tem sido o sustento energético na Argentina.

O Brasil e sua resposta adequada à crise de 2001 também e a transformação do Brasil que está acontecendo com as novas leis energéticas.

O Chile e o Peru rapidamente mudaram a lei curta. No caso do Chile, a lei curta 1 e a lei curta 2, Por quê? Porque isto tem que adaptar-se e é assim que como resumo o modelo deveria seguir sob estes esquemas.

O que fez a CIER? Qual a função da CIER? Trataremos somente dois trabalhos padrões. A CIER 02 começou no ano 2000. Os dois trabalhos são a factibilidade de interconexões na América Latina com uma visão de 10 anos e as interconexões regionais, barreiras e propostas para superá-las, isto é, no ano 2000 os técnicos verificamos que vantagens têm as interconexões e obviamente se descobrimos vantagens quais as barreiras para chegar a isso.

Na CIER 02 analisam-se os planos definidos pelos governos. Os benefícios da interconexão são avaliados em uma situação de mercado e efetivamente demonstram benefícios. Só aí vamos a CIER 03 e dizemos para obter esses benefícios que é o que se deve fazer. O Estado deve participar das regras do jogo, mas o setor privado deve desenvolver. Isso já foi dito em 2000.

Os investimentos privados devem ser o motor da expansão das interconexões e isso é o que se viu, Equador-Colômbia foi essa a função, os governos lideraram as interconexões, lideraram os processos de integração e foram entidades privadas que também o fizeram. Aí está a ISA da qual já falaram.

O balanço eletro-energético. A CIER maneja praticamente a demanda de energia na América do Sul, 793 megawatts, uma potência instalada de 186 e 369 milhões. Por que apresentam-se esses dados frios que às vezes cansam nas apresentações? Porque quero comparar com a Europa. Temos uma superfície de 17 milhões de quilômetros quadrados. A Europa tem a metade, 9 milhões. Quanto consumimos nós? Nós com o dobro de superfície, com igual quantidade de população inclusive, consumimos uma escala de 4% da energia mundial, enquanto que a Europa 19%, na metade de território, tendo a mesma quantidade de habitantes que a América Latina, a Europa consome 19% e nós apenas 4%. O que digo com isto, senhores? Há mercados, não nos assustemos.

Aí temos uma relação 7, é a distribuição da população mundial, 8 com a Europa, estamos mais ou menos ao par, 360 milhões de habitantes. A América consome 4%, 793 megawatts. A Europa consome 19%, 3.400 ó 3.600 megawatts. Desta transparência se pode dizer, alguma vez foi dito –os continentes escuros- compartilhávamos um painel com meu colega e amigo Diego Pérez e alguém disse: “são continentes escuros”.

Considero que é melhor deixar escuro o Amazonas antes que vê-lo iluminado, para mim estão perfeitas as luzes onde se vêem, assim se devem manter. Há lugares que não deveriam ser tocados, que seria da Bacia do Amazonas toda iluminada.

Aqui o que se fala, os 377 milhões da Europa, os 369 milhões da América e a demanda de um e a demanda do outro. Temos mercado, não nos assustemos se quisermos ir por aí.

Qual a realidade das interconexões na América do Sul? Temos neste momento 186 gigawatts de capacidade instalada e somente usamos, se todos os 362 milhões de habitantes ou os clientes digamos, nem todos têm fornecimento elétrico, ligassem a luz no mesmo momento. Desses 186 só usaríamos 110, isto é, temos 76 em reserva. Que continente mais rico, não é? Podemos ter reserva. Essa reserva é a que temos que usar eficientemente e é isso que vemos no diapositivo que 4% poderia ser usado em interconexões. Destes 110 que ligamos a luz só 4% poderia ser usado atualmente, porém, não o usamos, usamos 0,7%.

Há pouco tempo era potência, agora é energia, mas o único que gostaria de salientar é que somente 0,7% estamos usando na América Latina e se alguém atualmente solucionasse este problema, usaríamos 4% e dentro de 10 anos se espera usar 7%, isto é, dos 793 de energia pudéssemos usar 60 megawatts, ou seja, 7%.

O estudo da CIER é, se usamos esses 60 daqui a 10 anos quanto de benefício terei, efetivamente senhores teremos 1.000 milhões de dólares de benefício. Benefício em quê? Somente usar com inteligência as coisas, temos quatro fusos horários na América do Sul. Enquanto o pico está em um país o outro ainda está entrando no pico, então pode vender, pode aplanar a curva de energia. Essa é a complementaridade horária, a complementaridade hidrológica, enquanto em um há transparências mais técnicas que se podem ver, que o Brasil pode vender à Venezuela na parte norte, que o Brasil pode vender ao Uruguai e o Uruguai pode vender ao Brasil. É uma complementaridade hidrológica. Se usássemos dessa forma eficientemente cada ano teríamos benefícios de 1.000 milhões de dólares mas daqui a pouco vejamos quanto temos que investir nesse benefício que fala a CIER. Temos que investir 1.250 milhões agora, mas considero um bom negócio, invisto 1.250 e cada ano recupero 1000, 1000, 1000, essa é a idéia.

Na transparência anterior faltou o que se deseja dizer, que é que há redes, isto é, fisicamente estão as redes das que falou José Félix, das famosas três “R”, atualmente há

redes. Vamos às regras. Que acontece? Já se falou muito das regras. Para mim o exemplo é claro, apesar de que venho da região andina, o exemplo a seguir é a América Central, e muitas vezes, queixamo-nos muito do MERCOSUL e também paradoxalmente as regras a seguir são as do MERCOSUL. Vejo-o desde a região Andina.

Por que a América Central? A América Central começou há 10 ou 15 anos e agora tem um organismo regulador e operador, isto é, já está a dois passos sobre o MERCOSUL e um passo sobre a região Andina. Na região Andina só agora temos a CAN 536, que é uma supranacional, onde deveríamos ir. Qual o atrativo do MERCOSUL? Já há 40 anos iniciaram os contratos e os memorandos bilaterais, que agora obviamente de meu ponto de vista deveriam passar a uma multilateralidade que é onde deveria chegar, isto é, todos deveríamos chegar como chegou o NORPOOL, que é Noruega, Suécia, todo esse grupo de países, a ter um regulador comum, um operador comum e regras supranacionais.

Aqui estão os famosos 1.000 milhões. De onde saem estes 1.000 milhões mencionados pelas pessoas ou mencionado pela CIER? Existem três grandes impulsores econômicos da interconexão, a complementaridade hidrotérmica e hidrogeográfica, a complementaridade estacional da qual falamos e a não simultaneidade dos 4 fusos horários. Isto me dá a possibilidade de que segundo os estudos, o Brasil e a Argentina possam comprar e vender 4.000 megawatts o qual daria um benefício de 652 milhões.

Que o Peru, o Equador e a Colômbia possam passar 1.800 megawatts, 400, 400 e 1.000, 1.800 megawatts e daria um benefício de 310 milhões. O Brasil e o Uruguai cerca de 500 megas, daria 60 milhões e o Chile e o Peru 60 milhões. Se acrescentamos isto, dá 1.000 milhões de benefícios dos quais falávamos.

Aqui vemos os 1.250 dos quais falávamos. Para ter este benefício dos 1000 milhões, atualmente a América Latina necessita 1.250 milhões para interconexões, só para interconexões, não para os trabalhos internos dos países. Dos 1.250, restemos 250. Os 300 já estão em um investimento assegurado que são os investimentos assegurados, que são as interconexões feitas na América Central, isto é, necessitaríamos 1.000 milhões para 6 novas interconexões e 11 reforços. Investimos 1.000 milhões, com isso otimizamos usando as reservas das complementaridades e teremos benefícios de 1.000 milhões anuais e quanto representa isto para o cliente na América Latina, dividamos 1.000 milhões para a energia que desejamos otimizar, 1.000 milhões para 60 megas que é o que vimos, dá 0,01 centavo que cada cliente deveria pagar e isso em porcentagem de uma tarifa é de 1%, vejamos tudo o que acabo de dizer.

Aqui estão os 1.000 milhões que necessito investir para ter 60 megas. Se divido 1000 para 60, dá 0,01 e esse 0,01 centavos veremos quanto representa para o cliente e dá um benefício anual de 1.000 milhões.

Esse 0,01 centavo de dólar diante de uma tarifa do Panamá que é 0,9 centavos ou da Colômbia que é apenas 0,6 centavos, só a de transmissão, porque somente estamos vendo os 1000 milhões que necessitamos, dizemos que é para transmissão. Vejamos quanto deveríamos pagar nas nossas casas, às distribuidoras ou a quem invista, 0,01 centavos em relação ao Panamá 1%, em relação à Colômbia 1,67% e em relação à Venezuela 3,45. Este é o impacto no componente de transmissão, compensa-se com uma redução de custos de operação nos sistemas. Simplesmente eu invisto para otimizar melhor as reservas que tenho na América Latina.

Aqui vemos as interconexões realizadas até a atualidade. Estes são o que chamamos, o que mencionava no começo de que se atualmente alguém pudesse otimizá-las, usar de

uma maneira ótima todas estas interconexões, teríamos não os 60 previstos nos 10 anos porque devemos investir 30 megawatts e em lugar dos 30 que usamos, somente usamos 4. Aqui vemos as da Argentina – Paraguai com Yaciretá, a do Brasil – Paraguai com Itaipu, a da Argentina com o Uruguai com Salto Grande que são realmente as pioneiras.

Retomando o da ARPEL, sempre chamo a atenção sobre esta transparência da ARPEL. É a compra e a venda de gás, porque se diz que há 40 milhões de metros cúbicos por dia de compra e venda no Cone-Sul, 40 milhões de metros cúbicos por dia de compra e venda traduzidos a uma parte elétrica. Significa ter uma Itaipu, que se compra e vende no dia, cada dia se à compra e à venda de gás passamos a parte elétrica é uma Itaipu que temos. Poderia manejar-se tranqüilamente como uma possibilidade de mercado. Isto é muito didático, mas é para indicar que há mercado, quando as pessoas dizem ou os técnicos dizemos se usaremos a famosa reserva que temos atualmente, chegaremos a 2010 e não teremos reserva. Não, sempre teremos reserva.

Desafios para a integração. Uma proposta para o MERCOSUL, preparação de uma minuta de acordo de integração elétrica multilateral, é passar as bilateralidades que temos atualmente a uma óptica multilateral.

Termos de referência. Devemos fazer termos de referência para o desenho de um mercado regional de energia abrangendo estruturas organizacionais hierárquicas e agências de coordenação. Senhores Representantes, a CIER está fazendo isto agora no ano desta gestão. A CIER 02, todo esse projeto que se falou sobre os resultados, dos benefícios, agora neste ano em junho em Lima assinou-se para fazer a atualização deste projeto que se chamará CIER 015 que fará os termos de referência para um desenho de mercado de América Latina e obviamente ter uma agenda, porque se não pusermos datas, não chegaremos a nada. Temos que colocar datas com responsabilidades.

A integração requer uma institucionalidade, manifestaram José Félix e Fernando falou de uma proposta estratégica regional gás-eletricidade, preparação de acordos governamentais e aqui o colocou em vermelho, e é por isso que quero deixar a mensagem, uma liderança política com visão a longo prazo. Uma política de Estado, não uma política de Governo que daqui saiam esses lineamentos.

A Ata de Coordenação. O bom disto foi procurar a participação dos governos. Por isto o que a CIER atrai e sempre o disse em foros e em conversações, para a CIER é um valor adicionado fazer parte da Ata de Quito. Espero que todos pensem desta forma, porque já alguém o disse, isto é integração não é fragmentação. Ninguém inventou tudo isto. Todo o mundo sabe mas é necessário unir esforços.

A rede potencial da parte elétrica da América do Sul como se veria, aonde queremos chegar. Queremos chegar a um mercado justo, transparente e competitivo utilizando os recursos eficientemente onde os agentes tenham tanta liberdade para escolher como seja possível. O que se obteria? Maior competitividade para a região, redução de tarifas e melhor qualidade de vida para os habitantes. Isso se obteria com a integração.

Esta é a famosa meia-lua mencionada por muitas empresas, especialmente a ISA, que mencionou o Doutor Fernando Sánchez. Esta é a famosa meia-lua onde se quer chegar com a integração. Neste momento estamos nesta parte, falta tudo isto. Chegamos a um ponto no qual contamos com a infra-estrutura básica e conhecimentos necessários para explorar os benefícios da integração. Já não devemos fazer a pergunta se a integração é ou não é boa, mas quando a implementaremos?

Obviamente a integração obtém-se se com liderança e aqui sim vale a pena mencionar que a liderança não se obtém com mesquinhez, mas com grandeza e grandeza significa que devemos dar a oportunidade de corrigir a quem não tiver assimetrias, que lhe permitam não ficar para trás. Às vezes, é uma frase comprida, mas simplesmente quero que fique no ambiente e a integração vale se servir a todos nós ou não há integração. Obrigado, senhores muito gentis.

PRESIDENTE. Gostaria de agradecer a intervenção do Engenheiro Cisneros e é uma honra para mim oferecer a palavra neste momento ao Secretário-Executivo da OLADE, Diego Pérez Pallares.

ORGANIZAÇÃO LATINO-AMERICANA DE ENERGIA (OLADE) (Diego Pérez Pallares). Muito obrigado, senhor Presidente, senhores autoridades da ALADI. É uma grande honra para mim estar nesta reunião e antes de fazer a apresentação gostaria de fazer duas considerações que para mim são muito importantes.

Estou por terminar meu período de Secretário-Executivo da OLADE no final deste ano. Cumpri com os três anos para os que fui eleito e justamente quis encerrar minha atuação dentro de meus anos de serviço na OLADE em uma reunião desta natureza porque sou o mais fervente defensor ou impulsor no tema da integração.

Vir aqui também tem outro significado para mim, posso sentar no mesmo lugar que há alguns anos sentou meu pai como Embaixador aqui na ALALC. Portanto, tem uma enorme importância encerrar minha intervenção na OLADE e ao mesmo tempo sentar no lugar em que meu pai sentou representando meu país.

Quando me apresentei à eventual ou possível nomeação de Secretário-Executivo da OLADE, apresentei aos países um plano, uma plataforma de trabalho que basicamente se sustenta ou se sustentava no tema da integração.

Para mim essa plataforma de trabalho que foi plenamente aceita pelos países e que se transformou no centro focal de meu trabalho durante estes três anos foi fundamental porque acredito realmente na integração, a qual possibilita que os países melhorem.

Uma integração que seja um processo e não simplesmente uma decisão, um convênio, um acordo que às vezes leva não além do que possa ser um convênio comercial ou um momento de negócio oportuno para outro país, que não é excludente, mas considero que a integração tem muito mais conteúdo.*

Por outro lado e além de ser um processo, considero que a integração deve ter um destino, uma filosofia de humanismo e de melhora das condições de vida dos habitantes. A integração não é um fim em si mesmo. Repeti isto muitas vezes. A integração é uma maneira de que os países possam chegar a ter uma melhor forma de vida e seus habitantes melhorar esse nível de vida tão necessário em países com tantas assimetrias, com tantas diferenças que realmente é impensável e intolerável em um mundo atual.

Assim a reunião de Ministros tomou a decisão no ano 2003 que considerou a importância de assegurar o fornecimento energético sustentável a longo prazo em benefício da América Latina e o Caribe.

* Ver em anexo apresentação PowerPoint.

À OLADE pertencem 26 países, todos os países latino-americanos, exceto Belize e a grande maioria dos países do Caribe. Atualmente se estão integrando à OLADE muitos dos pequenos países do Caribe, mas em geral todos os países grandes pertencem à OLADE desde o ano 73.

Nesse sentido a decisão dos Ministros ordenou à Secretaria Permanente que se elabore a conceitualização, o desenho, a implantação e o programa de trabalho do projeto de integração energética.

Nosso principal objetivo é promover a integração energética, focalizando as áreas que permitam um intercâmbio efetivo e eficiente de energia em benefício direto do desenvolvimento econômico e social dos povos da América Latina e o Caribe.

Devemos considerar aspectos técnicos, legais, econômicos, ambientais, políticos e sociais. Neste momento há uma grande dúvida para a OLADE que é como temos que avançar. Devíamos fazê-lo de forma ordenada, sistemática e que nos desse suficiente força, suficiente sustento para que isto seja mantido no tempo e seja programado para períodos compridos. Lembremos que a Europa demorou 50 anos em um processo de integração e ainda não foram superados todos os problemas. Esta experiência da Europa e de outras regiões do mundo evidentemente têm sido um antecedente muito importante para nós e nos permite avançar, creio que muito mais rápido. Não serão os 50 anos os que demorem a integração latino-americana e do Caribe pois já se deram passos muito importantes, mas deveríamos saber que acontece na região da América Latina e o Caribe para entender exatamente quais são os passos seguintes ou os programas que devemos desenvolver e para isto deveríamos saber em que estávamos.

Propusemo-nos e temos desenvolvido já um trabalho muito importante: a recopilación de tudo o que em matéria de integração mediante acordos, convênios, tratados tem sido trabalhado. É verdadeiramente incrível tudo o que a América Latina e o Caribe têm obtido embora em muitos casos, de forma absolutamente teórica.

Há verdadeiras bibliotecas em todos os Ministérios da Energia ou nos Governos sobre temas de integração que na grande maioria, pela falta de decisão política ou porque encontraram-se problemas não superados... Mas avançou-se muito neste tema e o que deveríamos fazer é sistematizar e desses acordos procurar quais são suas potencialidades, suas possibilidades reais e estudar a forma em que os inconvenientes, as barreiras que se apresentam nesses acordos possam ser superados. Ao mesmo tempo, ver como esses complementos ou esses sistemas de integração já propostos podem ser aproveitados não só por um grupo de países, mas por todos os países da América Latina e o Caribe em tudo o que isto significa.

Os documentos sobre a situação do setor energético, como digo, são muito amplos e estamos no trabalho de sistematizá-los para que possamos avançar. O documento da Perspectiva Mundial da Energia também é um trabalho muito importante porque a energia no mundo tem se transformado no eixo de todo o desenvolvimento econômico e social. Neste momento fazem-se guerras pelo tema da energia, fazem-se acordos muito importantes pelo tema da energia e não se pode conceber um mundo moderno, globalizado, integrado, como deve fazer-se sem energia. Não haveria transporte, a medicina não avançaria, não haveria luz elétrica, isto é, um mundo impensado e cada vez isto vai ganhando mais importância e por isso devemos dar mais importância.

Já falei das experiências vividas em outros lugares. São referentes muito importantes para poder avançar e tudo o que em outros lugares se está fazendo tem que ser para nós

uma fonte de inspiração e uma possibilidade de melhora. Devo informar, por exemplo, que a África neste momento, por meio de uma organização muito parecida à OLADE, formou uma organização que é uma OLADE africana, chamada FREC, que justamente pediu à OLADE toda a colaboração e o apoio para poder desenvolvê-la, porque nos 33 anos de experiência da OLADE neste sentido, permite assessorar a países que neste momento estão possivelmente na mesma situação que estava a América Latina e o Caribe há 30 anos.

Temos cooperado como OLADE em tudo o que possa ser o avanço neste sentido, mediante as normas para interconexões elétricas. Tive a sorte, como Representante da Colômbia nesse momento, por ser parte do Gabinete do Presidente, de ajudar no tema da regulação 536 e dirigimos um trabalho, justamente nesse sentido, para que as entidades reguladoras dos países andinos estivessem de acordo, antes de iniciar trabalhos físicos, porque se não começávamos a falar um idioma comum e nos púnhamos de acordo em certas regras básicas e evitávamos o que nos separara para que procurássemos o que nos une. Isto nos permitiu ter a regulação 536 que os senhores técnicos que me precederam puderam assinalá-lo e foi possível quantificar em medidas muito importantes.

Foi um tema da OLADE e obrigado pelo apoio que recebemos dos outros organismos agora presentes, que vimos diante da iniciativa IIRSA e diante do movimento de integração regional que se estava produzindo do ponto de vista político, e como concepção intelectual dos Governos e dos dirigentes dos Governos, pensamos que estes trabalhos muito importantes que cada um dos organismos estava desenvolvendo, tinha que, de alguma maneira, coordenar-se para não repetir ou desperdiçar esforços econômicos e intelectuais tão necessários. Foi uma iniciativa da OLADE a reunião por um cordial convite da ARPEL, que tivemos em Punta del Este, na que pensamos que deveria formar-se ou constituir-se este Comitê, que neste momento está informando os senhores.

Era relevante também impulsionar as reuniões de Ministros de Energia para analisar a integração e o temos feito regionalmente. A verdade é que sendo a América um continente tão grande, as diferentes regiões têm realidades muito diferentes, os interesses, que não são muito contrapostos, mas são às vezes conjunturais, mas muito importantes para o desenvolvimento de uma região, não necessariamente coincidem com os interesses ou as possibilidades de outra região.

A realidade do MERCOSUL é bastante diferente à realidade da América Central e a do Caribe, que por ser insular tem condições muito especiais. Estes estudos foram já apresentados à reunião de Ministros de energia e são a base para poder, mediante seus grupos regionais ou mediante acordos bilaterais ou multilaterais, onde for possível, criar políticas de integração energética a nível latino-americano e do Caribe.

Constitui-se o que internamente na OLADE chamamos o CORIE, que é justamente o Comitê que aúna o trabalho de todas estas diferentes instituições que agora estamos reunidos aqui, como plano de partida de um trabalho coordenado entre cada um deles, que consta dos seis pontos indicados no quadro e que são parte da Ata Constitutiva deste organismo e que estabelece as pautas básicas de uma ação imediata.

No CORIE, estabelecemos um sistema muito democrático, pouco burocrático ou absolutamente não burocrático, mas de aplicação ou de aproveitamento da fortaleza de cada uma das instituições, para que na sua área de ação, na sua especialidade, possam cooperar no tema da integração.

Estes seis pontos indicados não são os únicos e não são excludentes. Os membros do CORIE têm pleno direito de propor novas iniciativas e trabalharemos nisso, mas fixamos um sistema de rotação de uma espécie de Secretaria-Executiva do CORIE que trabalha semestralmente e que possa dar possibilidades a cada um destes organismos de tomar a liderança no desenvolvimento dos campos de integração. Por enquanto, a OLADE começou com esta Secretaria que a terá a meados de janeiro, em que por ordem alfabético corresponderá ao seguinte organismo, que será a ARPEL ou a ALADI.

Esta é a agenda de ações propostas pela OLADE para a coordenação :

Primeiro, recopilar e apresentar trabalhos vigentes de cada organismo no campo da integração energética. Tudo isto já foi cumprido. Preparamos um documento que não é só para uso e benefício desta organização, mas que está à ordem dos países, onde se pode estabelecer exatamente tudo o que cada um destes organismos fez no campo da integração. Isto nos permite, o que com certa frequência tenho repetido, estabelecer as funções de cada um e como foi dito há pouco não repetir ações, não duplicar ações, não duplicar esforços.

Estabelecer áreas perfeitamente definidas que consolidem a complementaridade dos Organismos e a conseqüente fixação de linhas de ação.

Passar depois a uma etapa de realização de foros virtuais entre os setores técnicos de cada Organismo, para interagir nas linhas de ação identificadas, o que também faz com que seja muito mais ágil, muito mais dinâmico isto e evitam-se custos de deslocamentos, que nos permite tratar os temas apresentados pelos diferentes organismos em apoio a estes temas de integração e que possam ser realizados o antes possível.

De todos estes trabalhos, de todas estas reuniões, de todos estes foros, o Comitê poderá emitir um documento para ser apresentado como documento técnico final aprovado pelos cinco organismos para o Comitê de Guia. Será uma proposta que estes Organismos possam apresentar no tema da integração, já como ponto de referência e como ponto de partida para os diferentes países que formam a América Latina e o Caribe, que lhes permita avançar com passos certos, seguros a longo prazo, de forma sustentável em um tema de integração .

Como proposta da OLADE neste campo, pensamos em uma divisão adequada. Esta é uma proposta que trabalharemos com cada um dos organismos. São os diferentes temas a ser tratados, que sejam liderados ou tratados em primeiro lugar por cada um destes cinco organismos que formam o COREI. Como digo, isto é simplesmente uma proposta da OLADE que estamos apresentando. Queremos escutar as opiniões e respeitar os pontos de vista de cada um deles para ver como nos complementamos em cada uma destas possibilidades de trabalho.

Como digo, aqui estamos assinalando organismo por organismo qual poderia ser a liderança de cada um deles, em cada um dos pontos da agenda temática, da agenda principal ou base, da cooperação entre os cinco organismos que será discutida e conversada com cada um deles para ver se estão de acordo e se estão em possibilidades de desenvolvê-la.

Isto é o que queria informar sobre os trabalhos e realizações da OLADE, que estamos trabalhando, como ponto central de nossa atividade. Falei com o novo Secretário-Executivo da OLADE que se posicionará em janeiro, um técnico boliviano de primeiro nível, ex Ministro de Estado de Energia, uma pessoa vital que creio que dará mais importância e

mais relevância ao tema da integração e no que puder cooperar da melhor maneira e está muito de acordo com afiançar este projeto, de avançar no projeto e de cooperar com cada um dos organismos que estamos aqui presentes.

Termino, senhor Presidente, senhor Secretário-Geral, agradecendo por esta oportunidade e, sobretudo, por poder terminar minha obra externa de trabalho dentro desta Organização tão importante, que fica absolutamente consolidada com um importante posicionamento internacional, com uma estrutura muito dinâmica, muito moderna. Recebi a OLADE com 57 pessoas técnicas trabalhando nela, neste momento são 25 especialistas. Reduziu-se quase a terceira parte, o qual significa grandes economias para os países contribuintes da OLADE. Deu-se uma resposta oportuna, eficiente a cada um dos membros que tem trazido enormes benefícios. Muito obrigado, senhores.

PRESIDENTE. Gostaria de agradecer ao Engenheiro Diego Pérez Pallares, Secretário-Executivo da OLADE. Tem a palavra o Secretário-Geral da ALADI, Embaixador Didier Operti.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente.

Em primeiro lugar, considero justo agradecer aos quatro Secretários das Organizações presentes. Recebemos muita informação, extraordinariamente rica em perspectivas, em possibilidades, em sugestões, em projetos. Antes de dar a palavra ao Licenciado Rivera, o Subsecretário, que especificamente atende esta área, não poderia deixar de reagir diante de algumas das idéias centrais, quase como um insumo adicional ao que se está considerando a nível do próprio Comitê e da ALADI em seu conjunto, em relação ao Espaço de Livre Comércio.

É evidente que a Associação está à procura de indicadores claros, de definições desse Espaço de Livre Comércio e de como construí-lo, talvez de uma visão incremental, de uma visão progressiva e hoje de manhã introduziu-se aqui, de uma maneira muito polivalente, porque têm sido utilizadas como referentes as diferentes fontes energéticas, o tema da energia em seu conjunto.

Esta técnica de começar pelos temas, desagregar os temas que compõem o Espaço de Livre Comércio, esta metodologia, chamemos assim, pode ser uma metodologia possível. Construir um Espaço de Livre Comércio pode significar um grande empreendimento intelectual, conceitual, quase acadêmico, ou pode, pelo contrário, ser um modo progressivo incremental de construí-lo mediante temas indicados como temas de especial interesse dos estados membros, dos países membros.

Creio que este exercício da manhã de hoje mostra como a agenda da ALADI pode ficar cheia de realidade, de realismo, sair do campo da retórica, entrar no campo operativo, se formos capazes de recolher este desafio de tomar temas concretos, de transitar com eles, naturalmente vendo nossas limitações do ponto de vista técnico, mas também utilizando a experiência e a cooperação das agências regionais especializadas.

Um comentário final, o colega e amigo licenciado Fernando Sánchez trouxe uma verdadeira proposta, fez duas propostas, uma em relação à forma de dirigir a inserção da ALADI no tema energético mediante a negociação de um Acordo de Alcance Parcial, usando os mecanismos do Tratado de Montevideu 1980. Há uma idéia que mereceria a atenção de todos nós, da Secretaria como uma idéia para trabalhar sobre ela e produzir inclusive algum documento. Já com isso estou compartilhando esta primeira reação com a

nossa equipe e uma segunda idéia que é fazer da ALADI o centro regional de referência neste tema.

Naturalmente, da perspectiva de integração e não do setorial de uma fonte energética determinada, como o gás, a eletricidade, o petróleo ou outras, mas do ponto de vista dessa indispensável e inadiável coordenação.

Por isso considero que esses dois conceitos e os expressados pelos outros participantes, inclusive a ênfase colocada por Diego Pérez Pallares na questão de como dividir as tarefas, são uma muito boa linha de aproximação. Considero que os encargos de cada um é fundamental e na hora de fazer uma espécie de sumário desta reunião deveremos levar em conta algumas destas coisas e preparar algum documento operativo que possamos enviar às Representações com a finalidade de olhar este tema da integração física, particularmente na área energética, como parte dos componentes do Espaço de Livre Comércio, como aparece referido na nossa Resolução 59 (XIII).

Isto era o que queria dizer e agradecer novamente a presença de todos e cada um dos senhores, dos participantes em particular. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Imediatamente daria a palavra ao senhor Subsecretário José Rivera.

SUBSECRETÁRIO (José Rivera Banuet). Muito obrigado, senhor Presidente. Obrigado, senhor Secretário-Geral.

Serei muito breve, para felicitar Diego Pérez e desejar-lhe êxitos nas suas novas atividades ou tarefas a partir de janeiro do ano próximo.

A Secretaria da ALADI participará com interesse, com entusiasmo, das tarefas designadas em todo este conjunto de atividades de integração energética. Temos um mandato para isto na Resolução 59 (XIII) e há três eixos importantes de trabalho para a região.

Um deles é participar, ingressar da melhor maneira possível nos mercados internacionais com a produção existente na região. O segundo é que apreciamos como todos os dias se realizam esforços importantes de integração, acabamos de ler que no caso, por exemplo, do México com a América Central no âmbito do “Plan Puebla-Panamá”, estão sendo assinados importantes acordos em matéria de intervenção energética a nível dessa sub-região, mediante petróleo e refinação de crus, vemos também os esforços realizados pelo México com a Bolívia e o Peru para estabelecer um mercado na parte ocidental do México, com o gás natural. Apreciamos também os esforços de integração mediante a presença de empresas brasileiras, o desenvolvimento do gás que se encontra no norte do México mediante os contratos de serviços múltiplos, ao mesmo tempo que tomamos nota destes esforços de interconexões e de redes do presente e dos últimos anos.

Em relação ao tema seguinte que considero importante, referente aos *clusters* energéticos, como assinalou Fernando Sánchez Albavera, creio que há um tema fundamental referente à negociação dos Acordos comerciais e de investimentos, a nível bilateral, plurilateral ou multilateral. A negociação de um Acordo de serviços de energia e de outras disciplinas, apresenta possibilidades ou restrições para o desenvolvimento destes *clusters*. Na medida em que não sejam negociados adequadamente ou levando em conta a possibilidade de beneficiar-nos dos desenvolvimentos energéticos, teremos limitações ou restrições para o aproveitamento destas possibilidades.

Chama-me a atenção só uma proibição dentro destas disciplinas, a utilização de preços duais no caso da exploração, produção e comercialização dos recursos energéticos. Pergunto-me como é possível que haja restrições para países de menor desenvolvimento econômico relativo na nossa região, para não utilizar, neste caso, o gás para o desenvolvimento produtivo interno industrial, mas que tenha que comercializá-lo aos mesmos preços como se os importasse da Indonésia.

São regras que aceitamos que podem prejudicar estas possibilidades de desenvolvimento, de *clusters*, de agrupamentos industriais e econômicos em benefício do desenvolvimento da nossa região. Talvez, analisar e revisar a negociação de todas estas disciplinas e como impacta no setor energético é um tema de interesse.

Finalmente, senhor Presidente, diria que a Secretaria da ALADI participará com muito entusiasmo destas tarefas próximas. Assumirá sua função de Secretaria encarregada de dar seguimento ao conjunto de atividades deste grupo de Organismos e novamente agradecer aos senhores expositores pela sua participação e presença na manhã de hoje. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Subsecretário. Gostaria neste momento de ceder a palavra aos senhores Representantes, caso tenham alguma consulta.

A Representação do México.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho). Muito obrigada, Presidente.

Gostaria de aderir às expressões de nosso Secretário-Geral, felicitando as exposições de todos os Organismos hoje presentes aqui. Considero muito interessantes as propostas que nos fizeram, enriquecem-nos e nos dão elementos novos para nosso trabalho em prol de um Espaço de Livre Comércio nesta Casa.

Gostaria de fazer uma consulta, talvez qualquer um dos expositores poderia responder-me e não entendo por que quando se fala de energia na América Latina não se fala das energias alternativas. Vejo que a riqueza em matéria de energias alternativas não faz falta mais do que perguntar na "Plaza Independência" por que no Uruguai não se usa a energia eólica ou a geotérmica, ou a solar, tão difundida. Essa é uma pergunta que pode ser que sejam um pouco mais caras, porque têm sido menos pesquisadas, mas por que não foram pesquisadas estas energias, sendo que os recursos estão em cada esquina nos países da América Latina.

A outra pergunta também foi tratada pelo nosso Secretário-Geral e gostaria de fazer o comentário e comentário à proposta feita pelo doutor Sánchez. Sugere-nos a celebração de um Acordo de Alcance Parcial e eu digo, por que não um Acordo Regional, não de Alcance Parcial. Ele falava sobre a integração de todos os esforços parciais feitos, mas em verdade a temática teria que ser um pouco mais ampla nesta Casa, não é? Muito, obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado à Embaixadora do México. Tem a palavra o Embaixador do Peru e depois os senhores expositores da Mesa.

Representação do PERU (William Belevan Mc Bride). Obrigado. Certamente pela minha participação ativa em todas as negociações que estão sendo realizadas em relação ao gás peruano e às suas possibilidades futuras, conheço talvez um pouco mais a temática hoje tratada, mas o motivo da intervenção minha é expressamente para agradecer as quatro intervenções que escutei com muito interesse e com as quais aprendi muito.

Sei que o esforço de todos os senhores tem representado estar conosco hoje em Montevideu, é importante e gostaríamos de que as recomendações da Representação peruana sejam escutadas e somos plenamente conscientes da importância de que a ALADI ocupe um lugar importante dentro da convergência da integração energética a nível de toda a América Latina.

Somos doze países trabalhando com objetivos muito concretos. Estamos avançando de uma maneira bastante ágil, bastante rápida em todos os processos de integração abrangidos pelo nosso campo de ação e não gostaria de falar muito tempo, só reiterar meu profundo agradecimento a cada um dos especialistas que entrevistaram em uma manhã, enormemente frutífera para todos e cada um de nós. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador do Peru. Tem a palavra a Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (María Lourdes Urbaneja Durant). Obrigada, Presidente.

Em primeiro lugar, gostaria de destacar estas exposições desta manhã e relacioná-las com algo manifestado pelo Secretário-Geral no sentido de que é provável que explorando temas, considerando problemas possamos avançar nessa tarefa da construção do processo integrador sobre o qual temos mandato de contribuir.

Portanto, gostaria de agradecer aos expositores, por várias coisas, por um lado pela riqueza, mas também por toda a informação que está e que requer ser lida, estudada, também talvez possa ser matéria para debates nossos, internos, intercâmbios com nossos países, com nossos especialistas, com nossos responsáveis pelas políticas energéticas nos nossos países. Nesse sentido, considero essencial ter as exposições apresentadas.

Em segundo lugar, considero que há dois ou três conceitos que vale a pena resgatar para nós. Somente o colocarei porque pode ser matéria de debate. O Representante da CEPAL, o senhor Sánchez Albavera, creio que era o senhor, falava de algo interessante, em relação às possibilidades da integração energética. Quando o senhor dizia que é provável que haja mercado de demanda externa na nossa região, mas que o senhor pensava que devíamos usar este recurso, devíamos colocá-lo ao serviço primeiro da integração energética nossa, para gerar capacidades internas e potencialidades. Considero que é um conceito que pode ser útil, quando estejamos trabalhando o Espaço de Livre Comércio, e é um valor, diria que devemos considerarmos ao apresentar as possibilidades da integração no nosso continente, o tema da complementaridade e a energia e a maneira como estamos usando, e colocando ao serviço da integração.

Creio que está assinalando-nos um caminho que valeria a pena trabalhar. O senhor também referia-se às iniciativas da Venezuela. Gostaria de agradecer-lhe essa menção, porque aqui vem uma sugestão, provavelmente já exista, mas seria bom estudá-la não porque seja a Venezuela, que esta neste momento liderando as possibilidades energéticas e, pondo esse recurso ao serviço da integração, mas porque acredito que valeria a pena conhecer mais, do ponto de vista do que significa isso e que significa, por exemplo, o acordo de Petrocaribe. São cifras que escapam do nosso controle, não sabemos, creio que vale a pena manejá-las melhor, porque aí há uma grande potencialidade nas possibilidades que se abriam.

Não gosto do argumento de que isso pode ser feito pelo Governo da Venezuela porque tem petróleo, já que o petróleo existe na Venezuela há 100 anos. Mais ou menos a

exploração começou a princípio do século passado, porém, é agora que se está apresentando esse tema do que dá, não para contar os recursos, do ponto de vista de milhões, mas as possibilidades, como se faz esse intercâmbio complementar, como se está estabelecendo esse âmbito na cooperação. Considero-o importante, seria como uma tarefa desse grupo de coordenação que considero interessante.

Pode ser também uma experiência de articulação da qual temos falado muito nestes cenários de integração, nesta proposta de integração da América do Sul, da necessidade da coordenação e a articulação. Talvez esta experiência apresentada pelos senhores pode dar alguns caminhos, alguns indicadores de como avançar na integração e como não solapar-se e não sobrepor-se, mas que cada um com uma tarefa nesse processo possa contribuir para o mesmo, mas também como sistematizar um pouco esse processo: gasoduto, o anel energético, os projetos de cooperação da Venezuela, etc.

Finalmente, considero que estas exposições de hoje também poderiam levar-nos a outro momento desta discussão, por exemplo com os atores políticos nossos, as políticas públicas dos nossos países sobre este tema hoje apresentado.

Parabéns por esta maneira de discutir e gostaria de agradecer por isto. Há muitas dúvidas, porque como recurso, como são os recursos energéticos, que geralmente são patrimônios públicos, podemos colocá-lo ao serviço destes processos, porque é diferente a outra mercadoria, são recursos públicos, patrimônio de todas e todos. No caso da Venezuela, o petróleo é patrimônio de todas e todos os venezuelanos, e todas e todos os venezuelanos queremos saber que fazer com isso e conhecer o serviço do bem-estar das populações. Portanto, muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixadora da Venezuela. Tem a palavra primeiro o Secretário García e depois o Doutor Sánchez Albavera.

“ASOCIACIÓN REGIONAL DE EMPRESAS DE PETRÓLEO Y GÁS NATURAL EN LATINOAMÉRICA Y EL CARIBE (ARPEL) (ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE EMPRESAS DO PETRÓLEO E DO GÁS NATURAL NA AMÉRICA LATINA E O CARIBE) (José Félix García) Gostaria de responder a pergunta da Embaixadora mexicana. Creio que se referiu a um ponto muito adequado em relação às energias alternativas, energia solar, energia eólica, geotérmica. Isto é um tema, evidentemente, em função do que dizia Fernando, cada dia deveremos olhar com mais seriedade o tema dos gases de efeito estufa. Não sei se será casual mas tantos furacões juntos. Eu estava há duas semanas em Calgary, tinha que viajar e foi cancelado o meu vôo e não podia passar por Miami, estava o Wilma. Em Washington não sei que acontecia, tive que mudar de vôo a Toronto, para ir a Santiago de Chile e vir até aqui. Quero dizer que me senti entre furacões. Agora falarei como petroleiro não como alarmista, seria muito feio o mundo hoje com carvão somente, lenha e cavalos, seria bastante pior do que estamos vivendo, não sei se fica claro.

A evolução em mais de cem anos da energia na relação carbono – hidrogênio ou hidrogênio - carbono aumentou bastante. Atualmente é a etapa petróleo mais gás, mas as empresas petrolíferas estão investindo fortemente, já está aparecendo o híbrido da Toyota, esse veículo que quando há muita emissão, porque o senhor está na cidade e opera com a bateria e quando está na estrada com combustível. Se observarmos o progresso e a adaptação desta indústria, dirigimo-nos a uma energia em base ao hidrogênio, muito mais limpa e possivelmente esse hidrogênio será produzido mediante o petróleo, porque tem essa capacidade de fazê-lo, como fazem as refinarias poderia fazer-se no carro. Estão-se fazendo investimentos quantiosos.

Evidentemente, neste tema a ARPEL está fazendo seu plano estratégico, está tomando todos os cenários possíveis, para ver se nessa temática que apresentei, não tinha alguns temas que estávamos esquecendo e creio que um deles é este. Se o consideramos como solução para o problema energético global, estas energias alternativas sempre ocupam uma muito pequena proporção, porque os senhores não podem ter em um sistema elétrico mais de 10% de energia eólica, por exemplo, porque o sistema não é estável, ainda não se desenvolveu a possibilidade de que estes sistemas possam ser uma solução a nível significativo. Considero que isto tem a ver com essa tendência de energias com mais hidrogênio que é uma questão que está acontecendo e que tem acontecido e a indústria petroleira, se não der resposta, como tem dado anteriormente, reduzindo à metade as emissões dos automotores, junto com a indústria automotriz, o petróleo fica reduzido na sua maior parte ao transporte. A indústria tem que dar uma resposta a esta questão e essa resposta é tecnológica e como sempre a deu. Confio em que nos próximos 20 ou 30 anos a dará. Espero poder vê-la. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra Fernando Sánchez.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL) (Fernando Sánchez Albavera). Primeiro responder à Embaixadora do México, que temos na CEPAL um programa de 6 anos, cujo eixo central se chama “energias renováveis e mudança climática”. Um programa do qual estou encarregado e cujo objetivo é basicamente incorporar aos âmbitos reguladores do setor energético as energias renováveis. Para isto, devemos começar em primeiro lugar pelas diferenças de custo, são mais caras as energias renováveis, mas isso é uma interpretação passiva, porque calculando os efeitos das energias tradicionais sobre o meio-ambiente, se produz uma correção de preços, isto se chama o cálculo das externalidades. Portanto, os efeitos negativos ou externalidades das energias convencionais, se são valorados nos sistemas energéticos, então, fazem mais competitivas as energias renováveis, este é um primeiro ponto.

O segundo é que evidentemente as energias renováveis não podem ser parte de todo o sistema energético, porque efetivamente, como dizia José Félix García, é um problema de confiabilidade. Não posso confiar no ar somente, porque posso ter problemas ou na hidreletricidade, tampouco porque pode haver uma seca.

O interessante disto é que na Cúpula de Johannesburgo de 2002, a América Latina assinou a iniciativa de Johannesburgo liderada pelo Governo da Alemanha. Celebrou-se em 2003 a reunião de Brasília, com o auspício do Governo do Brasil, em que a CEPAL foi a Secretaria Técnica da Conferência de Brasília sobre energias renováveis, em que levamos a posição conjunta exposta pela Ministra Vilma Rouseff, ex Ministra de Energia, atual Ministra do Interior do Brasil, que levou a posição latino-americana à Cúpula Mundial de Bonn, em que foi celebrada esta Conferência em junho de 2004.

A América Latina cumpre com a meta de energias renováveis apresentada em Johannesburgo porque temos uma energia fundamentalmente hidráulica na região, mas se vemos por países, há vários países que não cumprem com a meta de Johannesburgo como o Chile, a Argentina, digamos em relação à incorporação de maior energia renovável. A hidreletricidade se aceita como uma energia renovável, mas tem alguns questionamentos nas grandes centrais, mas digamos em linhas gerais, se consideramos a hidráulica, exceto a Argentina e os países da América Central, não estariam cumprindo com a meta de energias renováveis.

Portanto, este é um tema que marcará o que eu falava de uma nova civilização energética. O maior potencial não está na energia eólica nem na solar, porque os insumos da solar são intensivos em energia, depende então de como se considere o solar, se tenho que gastar muita energia para gerar uma central solar que ao mesmo tempo economiza energia é muito discutível. Considero que é o grande potencial da América do Sul. O Brasil é um pioneiro nisto, são os biocombustíveis. Isto gerará uma imensa quantidade de trabalho e devemos substituir o parque automotor por biocombustível, com etanol, etc. Aqui há uma imensa possibilidade.

O eixo do nosso trabalho nos próximos 6 anos serão os biocombustíveis neste projeto, mas adicionalmente trabalharemos também toda a parte geotérmica. Há um potencial muito grande chileno, peruano, boliviano, equatoriano, colombiano na fronteira. Há algo interessante na Argentina. Estamos montando um esquema de cooperação peruano-boliviano-chileno em matéria geotérmica. Já o Chile criou a empresa nacional de geotermia em associação com a ENEL da Itália. É uma empresa que explorará para uma central de cerca de 300 megawatts no norte chileno. Em relação ao potencial, evidentemente, do "Tatio" junto com a "Laguna Colorada" e com "Challapalca", em Puno no Peru, o interessante disto não é eletrificar as grandes cidades mas gerar trabalho nas zonas alto-andinas e a idéia do programa é gerar projetos produtivos que utilizarão energia geotérmica.

A estratégia para incorporar as energias renováveis deve começar pela importância dos biocombustíveis e continuar com a fixação de preços altos do petróleo. Os preços do petróleo devem ser altos, porque se forem baixos, não haverá maneira de competir com o petróleo, e isto me leva novamente a lembrar o Comitê de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, porque se não encontramos uma instância internacional para administrar o mercado petrolífero, considero que aumenta o preço do petróleo, descubram-se talvez novas reservas e o mundo não pode continuar nesta dinâmica, então, creio que os países desenvolvidos levaram a sério o Comitê de Desenvolvimento Sustentável, espero que nossos países também o levem a sério.

A discussão será muito rica entre três atores. A China quer consumir energia, os Estados Unidos substituirá energias tradicionais, a União Européia não tem energia, importa energia tradicional, mas está incorporando energias renováveis. Virá uma dinâmica muito interessante, onde as vantagens competitivas da América Latina são muito claras, sobretudo em biocombustíveis. A América Central tem uma grande potencialidade, também tem logicamente a América do Sul. Há potencial geotérmico, eólico, solar, será pontual, digamos, mas o grande está no biocombustível.

Há iniciativas muito interessantes. O programa Proinfa do Brasil, de incorporação de energias renováveis já contém normas para a introdução destas energias dentro do âmbito regulador energético brasileiro e creio que aí teremos uma boa prática que pode ser adaptada a outros países.

O Chile já introduziu por exemplo o não pagamento de pedágio de transmissão para energias renováveis e creio que rapidamente se estenderão as iniciativas nesse sentido, portanto, sou otimista e nosso programa está orientado a apoiar os países neste sentido.

O segundo que é importante é a eficiência energética, ou seja, aqui devemos fazer um grande esforço porque há um grande potencial de economia de energia. O uso eficiente é outra fonte de energia e devemos incorporá-la ao planejamento energético. Faço parte de um programa a título pessoal chamado "Chile país energeticamente eficiente" (Chile país energeticamente eficiente), por designação do Presidente Lagos e ali foi desenhada, por

exemplo, toda uma estratégia, o caso de um país dependente de energia. Creio que o uso eficiente é válido para todos, para quem tem e para quem não tem.

Na Venezuela tivemos a oportunidade de elaborar um projeto de lei para uso eficiente da energia, que está na pasta. Considero que deveria ser tratado. A Venezuela necessita usar eficientemente a energia, sobretudo a energia residencial e no transporte. Há grandes possibilidades neste campo e a maioria dos países está participando desta discussão do uso eficiente da energia na Argentina, na América Central, etc, programas de economia, mas como digo, trata-se de consumir mais de maneira eficiente, não de consumir menos.

Também é importante o Acordo de Alcance Parcial. Digo um Acordo de Alcance Parcial porque é muito difícil que todos os países tenham os mesmos interesses e a mesma oportunidade de chegar a este tipo de enfoques, portanto, acredito que, seja chamado como for, o importante é gerar um âmbito jurídico aberto, que esteja disponível para os países em função de seus interesses nacionais e cada um se interconectará em função de projetos concretos. Se não tenho gás, posso comprar a este país que tem gás e pode vender.

Continuaria com o assunto da integração, com a idéia da geopolítica da segurança do abastecimento, que também tem sido já apresentado pelos países andinos como eixo das negociações no Comitê de Desenvolvimento Sustentável, por quê? Porque de acordo com as normas da OMC, por exemplo, teria que não pôr nenhum tipo de limitação ao abastecimento dos países desenvolvidos. Considero legítimo falar sobre a segurança do nosso abastecimento energético primeiro, antes que priorizar o Comércio internacional, mas o tema não é tão complexo, o mercado da América do Sul é tão interessante, que é rentável fazer projetos de integração energética. Portanto, as empresas com o potencial de consumo da América Latina já encontram muito rentável o mercado da América do Sul, se houver garantido 40 ou 50 anos de abastecimento energético, a possibilidade de ter maiores excedentes em boa hora vendê-los, evidentemente, ao mercado internacional. Isso será política dos próprios países. Cada um decidirá sua própria política nesse sentido, mas a integração energética é uma grande oportunidade de investimentos, pelo que creio que os tempos correm muito rápido, mas os mercados às vezes têm urgências que os países deveriam considerar e há países que necessitam gás, por exemplo, e que se não chegamos a tempo podem comprar a outro, caso do México. Já o México começou conversações com a Rússia, com a Indonésia, está esperando o gás da América do Sul que não chega. O Chile também lançou uma licitação para uma planta de gás. Se não houver gás a tempo, comprará a outro e isso já criará outras considerações para o desenvolvimento do mercado regional.

Considero que o avançado em matéria de técnica tem sido um grande esforço, ultimamente desenvolvido nas conversações do anel energético. Estão todos os instrumentos e conceitos técnicos nas conversações, não há mais para discutir. Aqui há uma decisão política. Devemos tirar isto do âmbito, ao meu ver, de um Grupo de Trabalho técnico ainda e instalá-lo no organismo correspondente, porque isto deveria ter nascido na ALADI. Isto é, na ALADI deveria ter-se formado esse Grupo de Trabalho. Como já está desenvolvido o trabalho técnico, considero que acabou uma boa etapa. É necessário agora transladar esse material à ALADI, dar-lhe a forma jurídica correspondente, revisar as contribuições dos técnicos e decidir se é um Acordo de Alcance Parcial, se é uma Carta Regional da Energia, não sei o que é mais conveniente, mas não obrigaria os países, portanto, considero que deveria ser um Acordo de Alcance Parcial.

Finalmente, há um ponto adicional que é possibilitar mecanismos tipo Venezuela, ou seja, considero que a colaboração de PetroCaribe no sentido de facilitar financiamento

comercial para as importações de petróleo é um mecanismo muito interessante e é uma grande iniciativa do Governo da Venezuela. Isso se poderia estender a outros países da América do Sul, certamente devemos lembrar que o CIER, a ARPEL e a OLADE nasceram para garantir a segurança energética da região. Essa é a origem de todos estes Organismos, por tanto, as iniciativas da Venezuela reforçam o espírito de cooperação que temos há muitos anos e concretizá-lo na prática. Isto pode ser cooperação comercial, cooperação interempresarial, investimentos conjuntos, caso da refinaria de Pernambuco que está fazendo PDVSA com Petróleos da Venezuela. No futuro poderá associar-se com Ancap e desenvolver-se uma empresa mista, as chamadas “translatinas”, que atualmente têm uma função fundamental no mercado da energia da região.

PRESIDENTE. Obrigado, doutor Sánchez Albavera. Tem a palavra o Engenheiro Cisneros.

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA REGIONAL (CIER) (Pablo Cisneros Gárate) Obrigado. Apenas um minuto. Quando se trata o tema das energias renováveis é um tema muito interessante para todos. Há três pontos somente e cabalmente falo isto em base a resumos.

A CIER organizou um evento euro-americano de energia eólica em Natal, no nordeste do Brasil. Ontem fui convidado à honorável Câmara do Senado na Argentina, com a qual compartilhei, inclusive o painel com o primeiro Vice-Presidente de Deputados, o Deputado Arnold, que cabalmente trata sobre como incentivar as energias renováveis na República Argentina. Para resumir, cada energia deve ocupar sua função, não podemos confrontar as energias, não podemos dizer esta é mais cara, esta é melhor, esta é pior. Cada uma deve ter sua função. Segundo este conceito, a eólica, a solar, falando sobre a eólica, deve ir, mas não nos salvaremos da dependência do petróleo, do gás e do carvão.

Que foi feito na América Latina? Obviamente o Proinfa, já disseram, mas, que é o Proinfa? É a intervenção do Estado mediante a Eletrobrás, nas leis da América Latina. Ninguém garante preço, nem mercado. Então, sob a óptica do U eólico, que hipoteticamente é caro, se não me garante a lei elétrica, nem preço nem mercado, não entro, então, o Governo, mediante a Eletrobrás, disse: Não, tem que ir sob os dois conceitos anteriores e garante-se 80% do investimento do Bandes do Brasil, está garantido o empréstimo e está garantido o mercado mediante um contrato que obriga a todos a pagar esse contrato. Assim está solucionando o Brasil.

A Argentina, realmente alabo a situação da Argentina, fez muito do que aqui foi recomendado, intervenção da parte civil, da parte social, da parte política e da parte técnica. Estivemos nesta mesa de trabalho que é 7, 8 e 9. Atualmente têm que elaborar o definitivo para atualizar as regulamentações que ponham em andamento as energias renováveis.

Isto é, mediante contratos procurar uma figura que o Governo, que o Brasil tem e que não tem a Argentina, procurar essa figura para que exista um apoio, uma garantia de preço e de mercado. Muitas coisas estão sendo feitas. Pessoalmente vejo bem o exemplo do Brasil e ontem o da Argentina.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra o Engenheiro Pérez.

ORGANIZAÇÃO LATINO-AMERICANA DE ENERGIA (OLADE). (Diego Pérez Pallares). Obrigado, senhor Presidente. Também para informação dos senhores e especialmente a Representação do México, que manifestou um ponto chave. Gostaria de informar que a OLADE tem vários programas relacionados com a energia alternativa.

Temos feito vários estudos, que são muito coincidentes com o assinalado pelos senhores Representantes das outras Organizações. É um tema que realmente tem que se enfrentar a nível regional e requer muito interesse. Não é fácil porque requer uma grande vontade política para isso, lamentavelmente a tecnologia das energias renováveis ainda é muito alta, muito custosa, e tem que necessariamente em um mundo competitivo competir com as outras energias, de modo que devemos ser suficientemente imaginativos para que mediante regulamentações especiais que promovam a instalação destas energias possam desenvolver-se.

Em todo caso, fizeram-se esforços muito importantes neste sentido e a OLADE tem estudos muito importantes já aplicáveis em várias partes. Como complementaridade a isto trabalhou-se também muito no tema da eficiência energética como assinalava Fernando Sánchez.

Isto é, procurar que essa energia possa ser aproveitada da melhor maneira, com mais eficiência e considerando um ponto básico que qualquer eficiência energética ou economia de energia não tem que ser à custa de diminuir o nível de vida ou o nível de desenvolvimento social que os países necessitam.

Está trabalhando-se muito nisto. Há muitas tecnologias que se estão desenvolvendo nos países do primeiro mundo às quais evidentemente a América Latina e o Caribe ainda não têm acesso pelo seu altíssimo custo, inclusive de pesquisa, mas isso chegará. Há um dado interessante que sem dúvida já assinalou o Brasil em algum momento, nossa grande potencialidade, sobretudo na América Latina e na América do Sul é a energia hidráulica, e devemos aproveitar isso antes de que se desenvolvam energias substitutivas muito caras.

Como informação, por exemplo, enquanto se calcula que a América Latina tem entre 17 e 20 anos mais de energia proveniente de hidrocarbonetos. A energia que poderia produzir-se mediante a exploração do carvão na América Latina dá para 250 anos. Portanto, se tivermos esta energia alternativa, de tanto tempo de duração e que como a tecnologia atual pode ser bem utilizada sem ser um elemento contaminador nem prejudicar o meio ambiente, devemos pensar em realidade quais as nossas vantagens comparativas, dentro disso e procurar desenvolvê-las o máximo. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Quero apoiar o expressado pelos senhores Representantes de que esta reunião tem sido muito interessante.

O expressado pelos senhores Representantes dos Organismos de integração energética será muito útil para nossas discussões sobre a criação do Espaço de Livre Comércio. Quero agradecer-lhes muito. Sei que os teremos aqui novamente porque é um tema que começa e será parte das nossas futuras discussões nos próximos meses.

Senhores, muito obrigado por ter vindo e com isto encerra-se a sessão.

ANEXOS